



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

**PROGRAMA DE APOIO À
RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PROREDES - BNDES

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2011.



SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO	3
1.1	Descrição	3
1.2	Estratégia Corporativa.....	14
1.3	Gestão	19
2	PROREDES BNDES	21
2.1	Objetivos do programa.....	21
2.1.1	Objetivo geral.....	21
2.1.2	Objetivos específicos.....	21
2.2	Descrição do Programa.....	22
2.2.1	Descrição das intervenções do PROREDES BNDES	23
2.2.2	Gestão do PROREDES BNDES.....	43
2.2.3	Descrição das intervenções do projeto.....	44
2.2.4	Metodologia de estimativa do orçamento	49
2.2.5	Cronogramas físico-financeiros de implantação do PROREDES BNDES.....	52
2.3	Usos e Fontes.....	57
2.4	Geração de empregos	59
2.5	Impactos sociais e regionais do projeto.....	59
3	ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	60
3.1	Documentos necessários à análise financeira da operação	60
4	ASPECTOS JURÍDICOS	60
4.1	Documentos necessários à análise jurídica da operação.....	60
4.2	Aspectos ambientais, fundiários e licitatórios	61



1 CARACTERIZAÇÃO

1.1 Descrição

a. Identificação

Razão Social:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica:

CNPJ nº 87.934.675/0001-96

Endereço:

Praça Marechal Deodoro, s/n, Bairro Centro
90010-282 – Porto Alegre – RS

Endereço para correspondência:

Av. Borges de Medeiros, 1501, 9º andar – Bairro Praia de Belas
90119-900 – Porto Alegre – RS

Responsável:

Secretário de Estado: João Constantino Pavani Motta
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG)

Pessoa para contato:

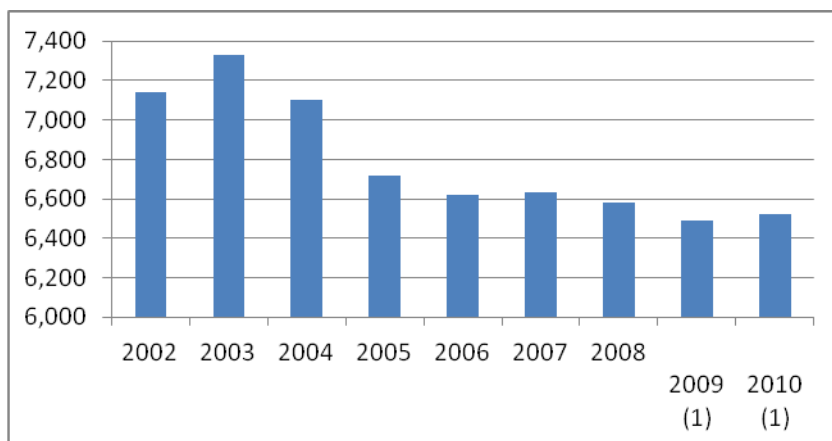
Diretora Margareth Vasata
Telefone: (51) 3288 1446 – Fax: (51) 3288 1435
E-mail: mvasata@seplag.rs.gov.br

b. Indicadores econômicos e sociais

O Rio Grande do Sul é a quarta economia do país. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), em 2010, o estado respondeu por 6,52% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, superado apenas por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar de significativa, essa participação vem decaindo, conforme se apresenta no gráfico a seguir.



Participação do PIB do Rio Grande do Sul no Brasil (%) – 2002 a 2010



Fonte: IBGE/CCN; FEE/NCS – (1) Estimativas preliminares

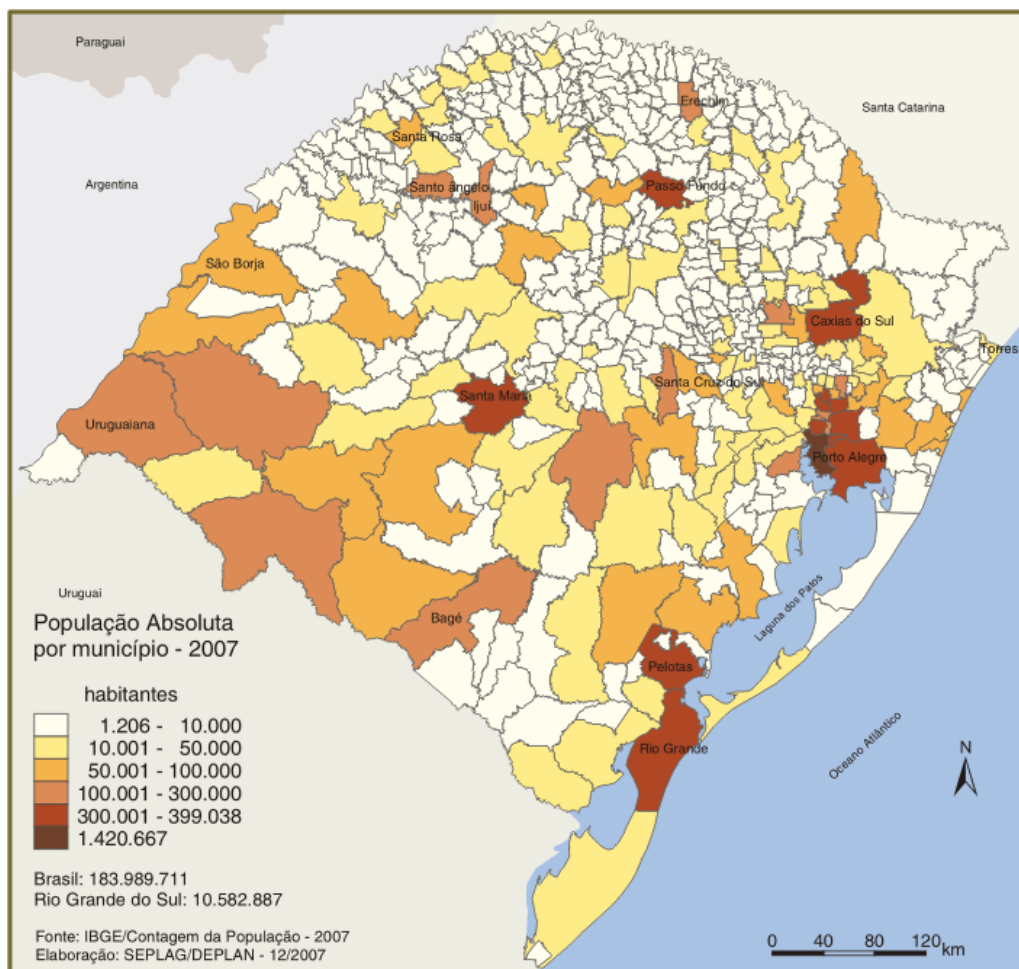
Os dados da FEE sobre 2010 apontam um PIB de R\$ 228,3 bilhões para o estado, com crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior. Cabe destacar que esse crescimento refere-se a uma base baixa, dado o mau desempenho apresentado em 2009.

O Rio Grande do Sul ocupa uma boa posição com relação ao PIB per capita nacional, apresentando, em 2009, segundo dados da FEE, o valor de R\$ 18,9 mil, aproximadamente, 14% acima da média nacional, que é de R\$ 16,6 mil. Isso está relacionado ao fato de o estado apresentar a menor taxa de crescimento demográfico do país: segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), enquanto o Brasil tem crescido a uma média anual de 1,21%, a população gaúcha cresceu 0,57%.

Com a quinta maior população entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul possui 10,7 milhões de habitantes. Sinteticamente, essa população se distribui em uma região metropolitana e uma rede de cidades de médio porte que, na maioria dos casos, polarizam suas respectivas regiões sob os aspectos econômicos e sociais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



Distribuição da População no Rio Grande do Sul

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o estado conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,814 (posição de 2000), o quarto entre os estados brasileiros. Comparativamente ao ano de 1991, primeiro ano de apuração do IDH, o Rio Grande do Sul figura entre os cinco estados que alcançaram o patamar de alto desenvolvimento.

Regionalmente, a FEE calcula o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Além de considerar os blocos de educação, renda e saúde, como no IDH, o IDESE trabalha com o bloco adicional de condições de saneamento e domicílio e um conjunto de 12 indicadores. O IDESE do Rio Grande do Sul, para o ano de 2007, foi de

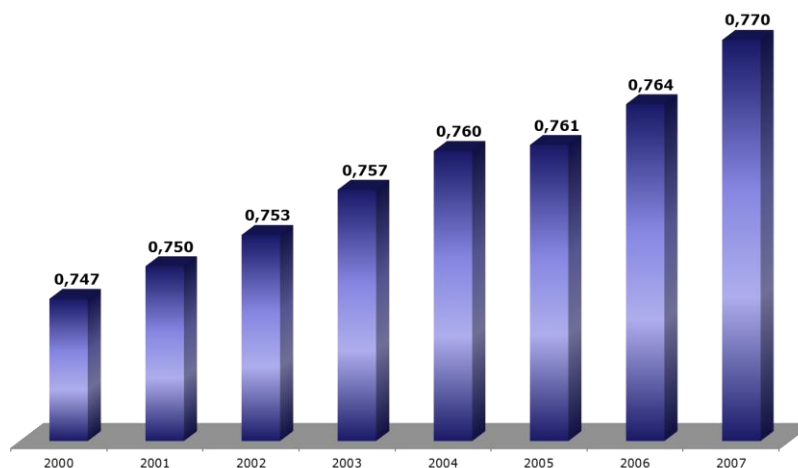


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

0,770¹, considerado de médio desenvolvimento². Mesmo assim, a trajetória de desenvolvimento humano medida pelo índice demonstra um comportamento evolutivo linear, que aproxima o estado da faixa de alto desenvolvimento.

IDESE do Rio Grande do Sul - 2000-2007



Fonte: FEE

O Rio Grande do Sul ocupa a quinta posição no *ranking* da renda domiciliar per capita desde 2006, segundo dados do IPEA. Em período recente, nos anos de 2005 e 2009, a taxa de crescimento da renda domiciliar per capita foi a terceira maior dentre as 27 unidades da federação, apresentando crescimento médio anual de 5,03%.

Com relação à economia gaúcha, embora a estrutura setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) confirme a forte participação do setor de serviços, é possível afirmar que a economia no estado é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação.

O setor agropecuário apresentou, em 2009, uma participação de 10,2% da estrutura do VAB, com forte associação com o setor agroindustrial. De acordo com estudos existentes³, se somadas às atividades agroindustriais, essa participação chega a

¹ Pelo IDESE, os municípios podem ser classificados em três grupos: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores que 0,800).

² A discrepância entre o IDESE e o IDH se explica pela inclusão do bloco de indicadores de Saneamento e Domicílio.

³ Rumos 2015, disponível em www.seplag.rs.gov.br.

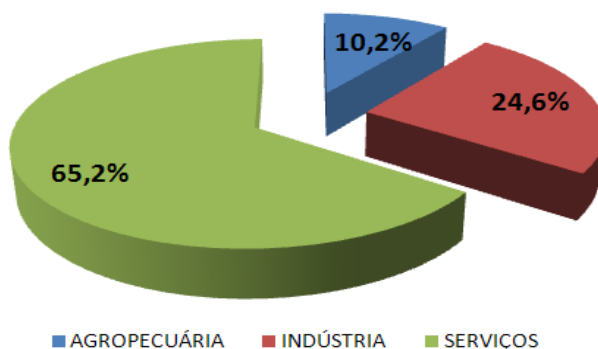


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

30% da estrutura econômica, além de ser o setor econômico mais desconcentrado no território.

O setor industrial também possui grande relevância na economia gaúcha, havendo respondido por 24,6% do VAB de 2009, destacando-se a indústria de transformação, que participa com pouco menos de 20% do VAB. Os setores que mais se desenvolveram foram o de mecânica e o de produtos alimentícios.

Estrutura do PIB do Rio Grande do Sul - 2009



Fonte: FEE

c. Expectativa dos principais investimentos públicos e privados

Os principais investimentos públicos previstos para o estado nos próximos anos estão indicados nos quadros abaixo, que tomam como referência o projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 2012 e o Plano Plurianual Participativo 2012-2015 do Estado do Rio Grande do Sul.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS Projeto de Lei do Orçamento Geral da União - 2012		Total Despesas de Capital (R\$)
TRANSPORTES	Melhorias no Porto de Rio Grande	81.450.000
	Construção de trechos rodoviários (BR 448, BR 470, BR 285)	327.162.842
	Adequação de trechos rodoviários (BR 116, BR 386, BR 153, BR 392, BR 285, BR 101)	513.012.024
	Manutenção de rodovias	392.500.000
	Canal de navegação do Mercosul	10.000.000
	Expansão e Melhorias do Sistema de Trem Urbano de Porto Alegre (TRENSURB)	144.089.771
IRRIGAÇÃO	Construção de Barragens (Bagé, Arroio Taquarembó, Arroio Jaguari)	13.780.000
	Construção de canal de irrigação (Jaguari, Taquarembó)	1.000.000
	Expansão de irrigação (Arroio Duro)	15.000.000
Total Geral		1.497.994.637

Fonte: PLOGU 2012, Câmara dos Deputados.

Elaboração: DECAP/SEPLAG, 2011.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS Plano Plurianual Participativo do Estado do Rio Grande do Sul (2012-2015)		Total de Despesas de Capital
TRANSPORTES	Construção de acesso municipais	824.323.401
	Construção de rodovias	200.000.000
	Restauração de pavimentos	459.903.793
	Ampliação capacidade de rodovias	492.014.255
	Conservação e manutenção de rodovias	90.000.000
ENERGIA	Expansão da Geração - Energia Elétrica	559.109.075
	Expansão da Transmissão - Energia Elétrica	384.552.450
	Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição	534.752.395
	Expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão	512.163.806
	Expansão da mineração do carvão - Depende do Leilão A-5	782.000.000
	Ampliação da distribuição de gás natural	197.266.788
SANEAMENTO	Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	565.256.657
	Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário	944.764.471
HABITAÇÃO	Produção de ações habitacionais	293.235.324
	Regularização fundiária e reassentamento em áreas de propriedade do Estado	195.389.773
IRRIGAÇÃO	Projetos, construção barragens e sistemas associados, gestão usos múltiplos da água	186.507.707
	Construção de microaçudes	90.000.000
Total Geral		7.311.239.895

Fonte: PPA 2012-2015, Estado do Rio Grande do Sul.

Elaboração: DEPLAN/SEPLAG, 2011.

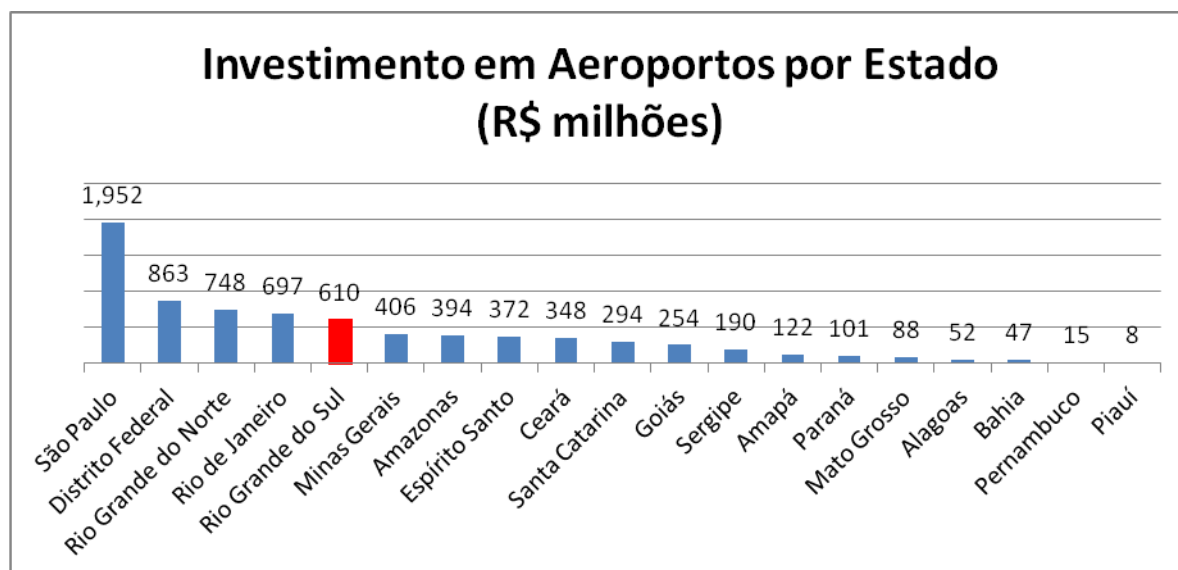


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Também estão em tratativas avançadas com a União a implantação do metrô de Porto Alegre, cujo valor está estimado em aproximadamente R\$ 2,500 bilhões, e a melhoria do sistema viário da grande Porto Alegre, complementar ao metrô, incluindo integração tarifária e de modais em nove cidades, com valor estimado em cerca de R\$ 350 milhões.

Em termos gerais, é interessante destacar dados do *Anuário Exame de Infraestrutura* (2011), sobre investimentos em todo o país. O Rio Grande do Sul receberá investimentos significativos em aeroportos e transmissão de energia elétrica, destacando-se na Região Sul como o estado que mais receberá investimentos nessas áreas, conforme ilustrado nos gráficos a seguir.

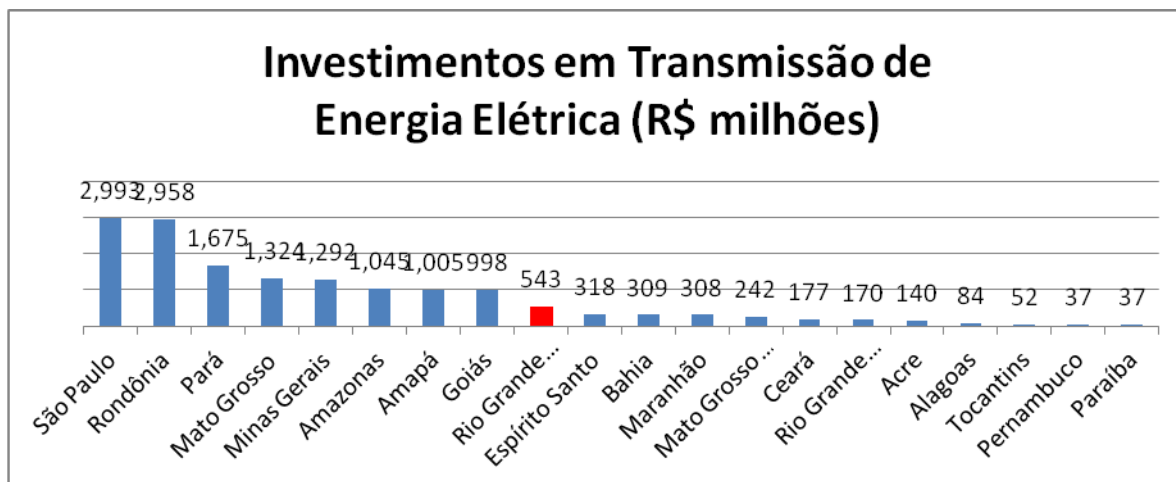


Fonte: Anuário Exame de Infraestrutura, 2011.

Elaboração: AGDI, 2011.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



Fonte: Anuário Exame de Infraestrutura, 2011.

Elaboração: AGDI, 2011.

Já em outros temas também analisados no Anuário, o Rio Grande do Sul apresenta investimento baixo, como é o caso de rodovias e vias urbanas e portos e hidrovias.

Com relação a empreendimentos privados, a Secretaria do Desenvolvimento e da Promoção do Investimento (SDPI) acompanha regularmente as intenções de investimentos apresentados por meio da imprensa. No quadro a seguir, essa expectativa de investimentos está classificada em 21 setores econômicos, atingindo o montante de R\$ 14,7 bilhões. Os prazos variam conforme cada um dos projetos, mas a perspectiva é de que sejam implementados nos próximos quatro anos.

Expectativa de projetos privados (2011)

SETOR	Nº PROJETOS	VALOR PROJETO (R\$)	PARTICIPAÇÃO %
CELULOSE	1,00	4.200.000.000,00	28,55%
AUTOMOTIVO	8,00	2.973.000.000,00	20,21%
IND. OCEÂNICA	6,00	2.644.185.000,00	17,97%
PETRÓLEO & GÁS	2,00	1.690.000.000,00	11,49%
PETROQUÍMICA	2,00	725.000.000,00	4,93%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Continuação

SETOR	Nº PROJETOS	VALOR PROJETO (R\$)	PARTICIPAÇÃO %
MÁQ.& IMP. AGRIC.	3,00	668.500.000,00	4,54%
AGROINDÚSTRIA	11,00	535.050.191,54	3,64%
SEMICONDUCTOR	1,00	370.000.000,00	2,51%
MÁQ.& EQ.	3,00	248.000.000,00	1,69%
ELÉTRICO/CONDUTOR	5,00	192.500.000,00	1,31%
BIOCOMBUSTÍVEIS	2,00	190.000.000,00	1,29%
EQ. EÓLICO	2,00	100.000.000,00	0,68%
METALURGIA/FUNDIÇÃO	2,00	43.500.000,00	0,30%
AUTOMAÇÃO BANCÁRIA	1,00	38.000.000,00	0,26%
QUÍMICA	2,00	31.950.000,00	0,22%
MÓVEIS	2,00	21.000.000,00	0,14%
CONSTRUÇÃO CIVIL	1,00	15.000.000,00	0,10%
CALÇADOS	1,00	10.600.000,00	0,07%
SAÚDE AVANÇADA E MEDICAMENTOS	1,00	10.000.000,00	0,07%
SOFTWARE	1,00	5.000.000,00	0,03%
RECICLAGEM	1,00	1.500.000,00	0,01%
TOTAL	58,00	14.712.785.191,54	

Fonte: SDPI, 2011.

Por meio dessas informações, vê-se que cinco setores correspondem a 84% do total de investimentos anunciados. O setor de celulose responde pelo maior volume de investimentos anunciados no estado, representado pelo projeto da empresa CMPC na região de Guaíba. O projeto contemplará duas fases até a completa implantação no segundo semestre de 2014.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

No setor automotivo são oito projetos, sendo que 80% dos investimentos anunciados são referentes ao projeto de ampliação da General Motors do Brasil na região de Gravataí. O valor desse projeto contempla investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão utilizado na adequação e na modernização da linha de montagem da unidade gaúcha para a produção de dois novos modelos integrantes da família de veículos Onix, destinados ao mercado brasileiro e eventualmente à exportação. Os demais R\$ 600 milhões estão sendo investidos no desenvolvimento dos novos produtos a serem gerados a partir do projeto Onix.

Para a indústria oceânica, os investimentos perfazem o montante de R\$ 2,6 bilhões. Na região de Rio Grande constam anunciados projetos das empresas Wilson Sons, QUIP e Engevix. Para São José do Norte, estaleiro EBR, em Charqueadas, canteiro offshore - IESA e um estaleiro para a região de Pelotas, Grupo OXCORP.

No segmento de Petróleo & Gás, há a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, com investimentos previstos de R\$ 1,6 bilhão e a ampliação da Usina UTE Sepé Tiarajú para construção de módulos para plataformas.

Em Petroquímica, os investimentos anunciados da empresa BRASKEM, para produção de Eteno Verde, perfazem investimentos de R\$ 300 milhões, com implantação prevista para dezembro de 2012. A empresa INNOVA anunciou investimento na ordem de R\$ 425 milhões.

Complementar à lista de investimentos anunciados, a carteira de projetos em prospecção da SDPI contém 46 projetos de investimentos na área industrial, que demandam ações conjuntas de diversos órgãos do Governo do Estado para serem viabilizados e perfazem o montante de R\$ 12,7 bilhões.



d. Divisão regional

O Rio Grande do Sul está subdividido em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE), criados oficialmente pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994. Os COREDE são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente, há 28 COREDE.

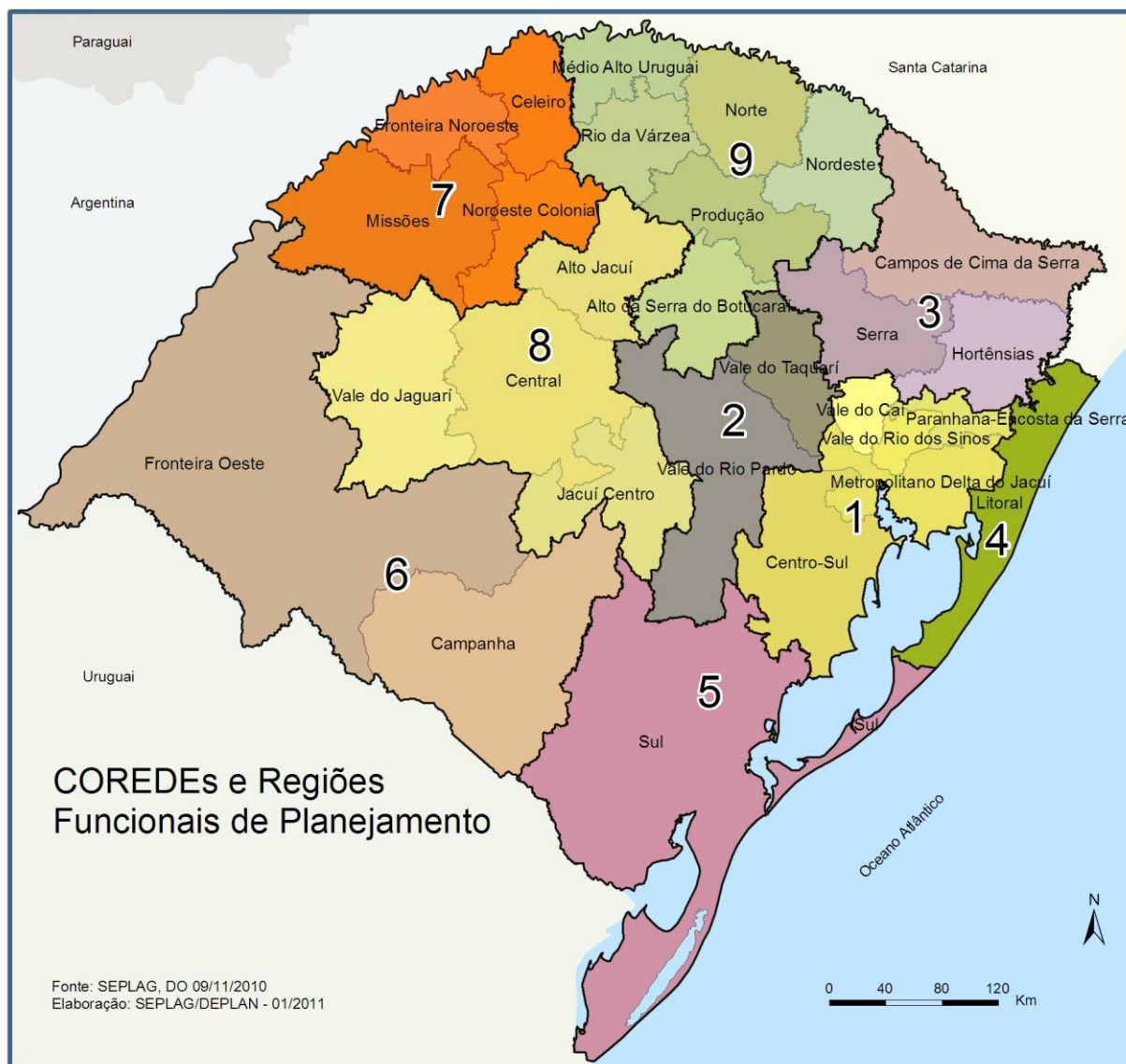
Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Para fins de planejamento, os COREDE são agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, as quais se constituem nas escalas de regionalização do Plano Plurianual 2012-2015 e dos orçamentos anuais do Estado. A regionalização foi definida pelo *Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul – Rumos 2015*, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior.

O mapa a seguir apresenta a divisão regional em COREDE e Regiões Funcionais de Planejamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



1.2 Estratégia Corporativa

a. Etapas de elaboração e os principais objetivos do PPA

O processo de elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 foi resultado do aprimoramento metodológico alicerçado na experiência acumulada pela SEPLAG na realização de planos anteriores e pela inclusão organizada da participação cidadã, em busca da qualificação do planejamento e da gestão do governo do Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

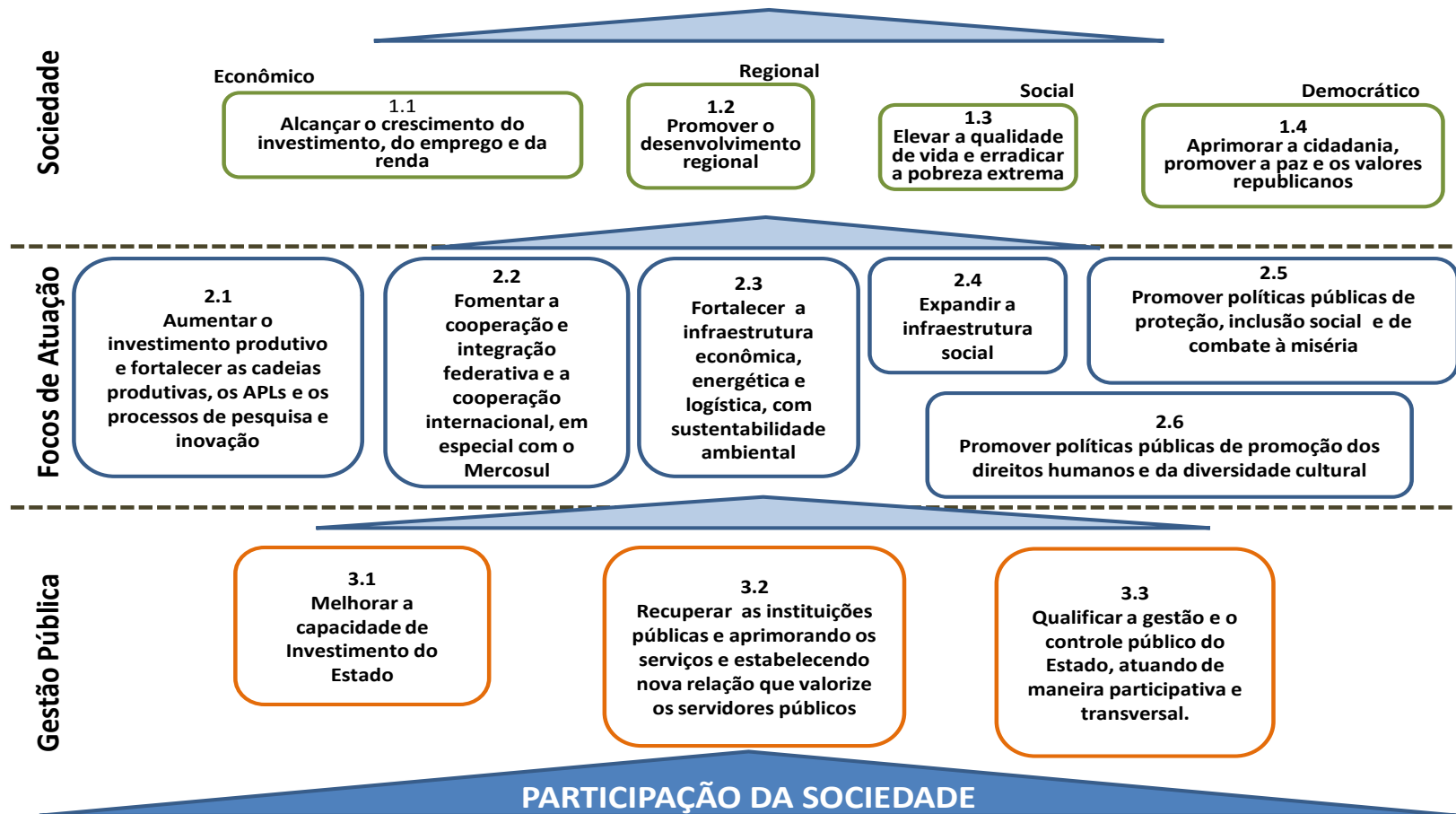
A metodologia de elaboração do PPA 2012-2015 objetivou articular um conjunto de ações coerentes e suficientes para o atendimento às demandas, quer sejam o enfrentamento de problemas ou o aproveitamento de oportunidades existentes. Buscou-se propiciar as bases para alcançar os objetivos estratégicos do governo e para adequar a ação governamental às necessidades e prioridades apontadas pelos cidadãos, além de fortalecer a regionalização das ações com o fim de minorar as desigualdades regionais.

Em uma primeira etapa da elaboração do PPA, foi produzido e divulgado um conjunto de objetivos estratégicos do governo para o desenvolvimento do estado no médio prazo, de modo a possibilitar o debate sobre as políticas públicas em torno do período 2012-2015 e orientar as equipes técnicas dos diversos órgãos para a elaboração dos programas e sua materialização através de ações. A figura a seguir apresenta os objetivos estratégicos do governo do Estado.



MAPA ESTRATÉGICO: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Visão: RETOMAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Além de divulgados às equipes setoriais, os objetivos estratégicos foram levados para conhecimento da sociedade através de um processo participativo. Tal processo ocorreu por meio da organização de Seminários Regionais em cada uma das nove Regiões Funcionais de Planejamento, tendo sido coordenado pela SEPLAG, em parceria com o Fórum dos COREDE, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Gabinete dos Prefeitos.

Nos seminários regionais, o governo apresentou, além dos objetivos estratégicos, um balanço da situação econômico-financeira do Estado, enquanto a população manifestou as suas necessidades e sugestões para alavancar o desenvolvimento da região. Nos seminários também foram indicados representantes de cada região dos COREDE para composição de um Conselho do PPA, no qual também foram incluídos representantes dos Conselhos Setoriais e de Direitos Humanos. As atribuições do Conselho são: (1) apreciar, emitir opinião e validar a proposta de PPA do governo do Estado, para encaminhamento a Assembleia Legislativa do Estado, e (2) acompanhar a execução do PPA 2012-2015.

Para ampliar o processo participativo foi criado o Portal da Participação – www.participa.rs.gov.br, onde a população teve a possibilidade de apresentar, de forma aberta, as suas sugestões para o PPA 2012-2015, as quais subsidiaram a elaboração de programas e ações. Além dos subsídios da participação popular, a elaboração dos programas levou em consideração a observação das diretrizes do PPA Federal, os documentos que nortearam a proposta de trabalho do governo eleito (Programa de Governo, Mensagem do Governador), os planos estratégicos dos COREDE, perfis das regiões do estado, o estudo Rumos 2015 e análises elaboradas pela FEE.

b. Planejamento de longo prazo

Desenvolvido entre 2003 e 2005, por iniciativa e sob a supervisão da então Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), o *Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul – Rumos 2015* é um dos mais amplos estudos realizados sobre a dinâmica regional do Rio Grande do Sul, proporcionando uma nova avaliação sobre a realidade do estado. Tendo como eixo condutor o conceito de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

desenvolvimento sustentável, o estudo foi desenvolvido em dois componentes articulados: (1) Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional e (2) Logística de Transportes.

No componente de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional, o estudo buscou compatibilizar as dimensões de economia, infraestrutura, demografia, sociedade, informação e conhecimento, meio ambiente, político-institucional e organização territorial para tratar das dimensões regionais do desenvolvimento. A análise e o confronto dessas dimensões resultou na proposta de criação das nove Regiões Funcionais de Planejamento mencionadas anteriormente, uma escala mais agregada que facilita o tratamento de temas de interesse regional.

A definição de regionalização funcional e ordenamento territorial visando o desenvolvimento sustentável, objeto do Componente 1, é fortemente dependente e articulada com o Componente 2, de Logística de Transportes, já que esta é uma dimensão importante como fator de desenvolvimento. Desenvolvido de acordo com conceitos contemporâneos de logística, o Componente 2 privilegia a concepção dos projetos de logística de transporte de forma integrada às cadeias de produção, envolvendo desde a matéria-prima até a distribuição para o consumo final.

Destaca-se no Rumos 2015 uma ampla carteira de projetos para as Regiões Funcionais, apontando estratégias que tanto o poder público quanto a iniciativa privada deveriam buscar implementar em busca da consolidação do desenvolvimento regional sustentável, tendo como horizonte o período 2005-2015.

Como o Rumos 2015 trata o desenvolvimento regional com base em múltiplas dimensões, as quais são altamente complexas e dinâmicas, precisa de atualização para dar conta das novas situações surgidas no estado nos últimos anos. Exemplo disso é o fortalecimento da indústria oceânica na região de Rio Grande, no sul do estado, algo que não fazia parte do contexto quando o estudo foi realizado.

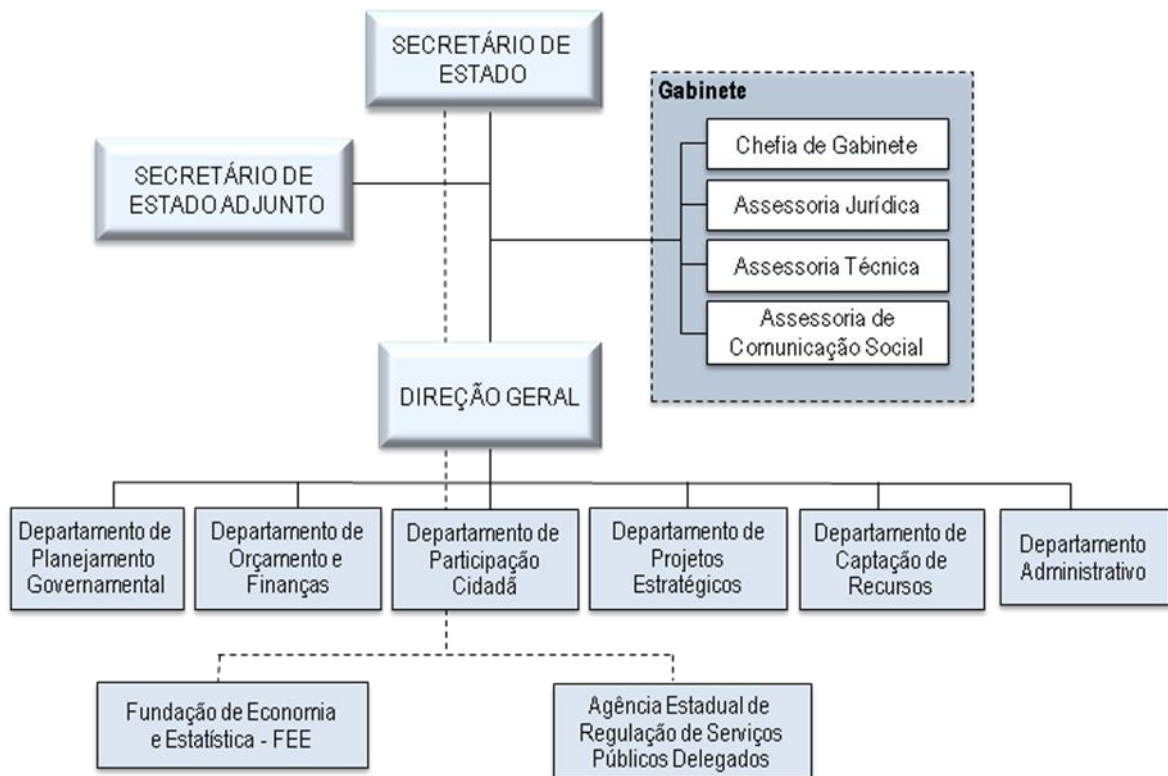


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1.3 Gestão

a. Organograma da unidade que gerenciará os recursos

O PROREDES BNDES será coordenado pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), por meio do Departamento de Captação de Recursos (DECAP). A atual estrutura da Secretaria está apresentada na figura abaixo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

b. Planejamento estratégico da SEPLAG





2 PROREDES BNDES

2.1 Objetivos do programa

2.1.1 Objetivo geral

O PROREDES BNDES tem como objetivo contribuir para a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, da infraestrutura de transporte, da modernização do sistema produtivo rural, da produção de habitação para grupos de baixa renda, da qualificação da segurança pública e da ampliação do crédito a municípios e empresas.

2.1.2 Objetivos específicos

Para apoiar a retomada do desenvolvimento estadual serão realizados investimentos visando a:

- Ampliar a infraestrutura de áreas industriais, no intuito de fortalecer a economia e impulsionar o crescimento regional.
- Apoiar o desenvolvimento produtivo aliado à inovação tecnológica, visando aumentar a competitividade e conquistar mercados para os produtos gaúchos e melhorar o ambiente de negócios.
- Dotar o Estado de infraestrutura de dados espaciais, que permita organização, geração, acesso, armazenamento e compartilhamento de informações espaciais.
- Promover melhorias nos modais de transporte rodoviário e aeroportuário, por meio de pavimentação de acessos municipais e da modernização dos aeroportos regionais, visando à redução de custos de transporte, ao desenvolvimento da economia e ao bem-estar da população.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Modernizar o setor de Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul visando a melhorar a prestação de serviços públicos na área de sanidade animal e vegetal.
- Reestruturar e modernizar a infraestrutura do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil buscando viabilizar a promoção de múltiplos eventos ao longo de todo o ano.
- Modernizar e difundir a pesquisa agrícola visando ao desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis.
- Ampliar a infraestrutura de estabelecimentos rurais de base familiar, com a finalidade de desenvolver atividades produtivas e melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas.
- Ampliar a infraestrutura e a produção de moradias de loteamentos populares visando a sua regularização.
- Modernizar as estruturas responsáveis pela Segurança Pública e diminuir o déficit de vagas do Sistema Prisional.
- Ampliar o apoio do BADESUL às prefeituras gaúchas e ao setor privado.

2.2 Descrição do Programa

O PROREDES BNDES complementa ações a serem executadas com apoio do Banco Mundial e com recursos do Tesouro do Estado. A proposta do Programa desenvolve-se em seis componentes: (1) Apoio ao desenvolvimento do setor produtivo e da inovação tecnológica; (2) Melhorias em transportes; (3) Apoio à modernização do sistema produtivo rural; (4) Habitação para grupos de baixa renda; (5) Qualificação da segurança pública; e (6) Ampliação do crédito para municípios e empresas.

O quadro a seguir apresenta um resumo do PROREDES BNDES, com seus componentes e respectivas intervenções.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor
COMPONENTE 1 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		
1.1	Áreas e Distritos Industriais	SDPI
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	SCIT
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	SEPLAG
COMPONENTE 2 - MELHORIAS EM TRANSPORTES		
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	SEINFRA - DAER
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	SEINFRA
COMPONENTE 3 - APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL		
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária	SEAPA
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPA
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	SEAPA - IRGA
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	SEAPA - FEPAGRO
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	SDR
COMPONENTE 4 - HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA		
4.1	Regularização urbanística e fundiária	SEHABS
COMPONENTE 5 - QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	SSP - BM
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	SSP - IGP
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	SSP - SUSEPE
5.4	Ampliação de vagas prisionais	SSP - SUSEPE
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	SSP
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	SSP - PC
5.7	Estabelecimento Polícia Civil Caxias do Sul	SSP - PC
COMPONENTE 6 - AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS E EMPRESAS		
6.1	Aumento de capital do BADESUL	SDPI - BADESUL

2.2.1 Descrição das intervenções do PROREDES BNDES

a. Diagnóstico das intervenções

COMPONENTE 1: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Privado e da Inovação Tecnológica

Áreas e distritos industriais

O estado do Rio Grande do Sul, historicamente voltado às atividades de agroindústria, é um importante produtor de grãos, gerando um respeitável volume de exportação no cenário dos portos brasileiros. Inobstante a inegável representatividade, o resultado tem baixo valor agregado e, conseqüentemente, pouco impacto na economia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

gaúcha. Nas últimas duas décadas, o poder público gaúcho em conjunto com o setor privado fortaleceu ações focadas na busca do desenvolvimento com geração de emprego e renda. São exemplos disso a criação do Pólo Petroquímico na Região Metropolitana, o pólo metal mecânico na Região da Serra, em especial na grande Caxias do Sul, e a instalação espaçada de empresas de diversas áreas.

Mais recentemente, o desempenho econômico do país no cenário mundial e o aumento dos projetos desenvolvidos pela PETROBRAS na prospecção de óleo e gás reforçaram a necessidade de fortalecimento da indústria naval no país. Nesse aspecto, a região sul do estado, mais especificamente a cidade de Rio Grande, com uma geografia atrativa, mão-de-obra com capacidade de qualificação, 750 km de hidrovias em condições de aproveitamento, boa malha rodoviária e um porto com dimensões e calado extremamente atrativos para a vinda de grandes estaleiros constituem-se em fatores que qualificaram a região sul do estado a receber mais investimentos.

Em curto espaço de tempo aquele complexo portuário já tem instalados e em processo de instalação os estaleiros Queiroz Galvão, RG-1, RG-2, Wilson Sons e EBR, resultando no único estado das Américas onde estarão em operação 2 diques secos de grande porte. O resultado efetivo foi a procura de empreendedores sistemistas, das mais diversas atividades, que ora estão a se instalar no estado e, outros tantos que podem ser propectados. No entanto, os distritos industriais incluídos neste Programa não apresentam infraestrutura mínima, suficiente e necessária para a instalação das unidades industriais que têm procurado o estado para a realização de investimentos.

A área do Município de Guaíba tem aproximadamente 932,8ha que, com o desenvolvimento do projeto, sofrerá influência na infraestrutura básica do setor Leste da Zona Mista industrial, na gleba delimitada entre a estrada do Conde e o lago Guaíba, com aproximadamente 213ha, onde se pretende implementar uma unidade portuária para atender o transporte hidroviário para a Zona Mista e região. Além da implantação do porto, está prevista a implementação de um sistema viário de acesso, bem como a possibilidade de implantação de área industrial para atividades que necessitem estar na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

beira da água, tal como estaleiros para construção ou reparo de embarcações e de depósito e manuseio de containeres.

O Distrito Industrial do Município de Rio Grande possui uma área total de 2.526ha dividida em duas fases. A área está limitada ao norte pelo Saco da Mangueira, ao sul pela faixa de marinha da Praia dos Molhes, ao leste pela área portuária e ao oeste pela Área de Proteção Ambiental do arroio do Bolacha (Lagoa Verde). Este Distrito foi criado com o objetivo de desenvolver atividades industriais e de apoio à indústria junto ao porto.

O objetivo dos projetos e obras indicados é a complementação da infraestrutura básica de serviços públicos, pois há necessidade de implantação de sistema viário interno, redes de abastecimento de água potável e esgotos, além das redes de energia elétrica em alta tensão e da construção de uma ponte de travessia do arroio do Bolacha na Via 7 do distrito industrial.

Já o Distrito Industrial localizado nos Municípios de Montenegro e Triunfo beneficiará uma área com 73,9ha, com a implantação da infraestrutura na área que ainda está totalmente desocupada. A intenção é municiá-la de condições para acolher atividades industriais e de serviços de apoio à atividade industrial, principalmente, às voltadas para a logística industrial em apoio ao Distrito e ao Pólo Petroquímico. Tal infraestrutura pretende solucionar os problemas envolvendo o sistema de circulação, as redes de água e esgotos e de abastecimento de energia elétrica em alta tensão.

Por sua vez, a área do Distrito Industrial de Pelotas, que compreende aproximadamente 60ha, localiza-se nas margens de hidrovia, com calado de 5,0m a 45km do Porto de Rio Grande.

O Município possui equipamento urbano e condições favoráveis à localização de indústrias fornecedoras de módulos e equipamentos para o Pólo Naval de Rio Grande, no entanto, há necessidade de qualificar a infraestrutura, pois o acesso rodoviário atual é precário, não pavimentado, e não há rede de energia elétrica, nem adutora de água tratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O Distrito Industrial do Município de Cachoeira do Sul, área que integrava o patrimônio da União, possui acesso pavimentado via BR153, a menos de 3km do centro da Cidade. Além da proximidade com a área central do Município do acesso rodoviário, conta também com rede ferroviária com possibilidade de reutilização sem necessidade de investimentos.

Trata-se de área de aproximadamente 186ha, sendo 26ha de área portuária já medida e definida como porto organizado, dotada de um cais com 70X30m (comprimento e largura) e um pavilhão de armazenagem de 700m², além de subestação de energia de 10.000kwa e disponibilidade de água já instalada, necessitando em, ambos os casos, apenas da rede de distribuição. Pelo sistema hidroviário (rio Jacuí), dista a aproximadamente de 230km do lago Guaíba, navegáveis com calado técnico autorizado de 2.5m, no curso inicial, chegando a 3.5m na confluência do rio Taquari e deste ponto ao Porto de Porto Alegre com canais mantidos pela Superintendência de Portos e Hidrovias. Excepcionados os 26ha do porto organizado, conta com retroárea em torno de 160ha, dotada também da mesma infraestrutura, com absolutas condições de implantação de um distrito industrial onde se instalarão empreendedores.

Assim, o projeto atuará na solução dos déficits de infraestrutura da região e no emprego da mão-de-obra local, gerando desenvolvimento e renda com total garantia de recebimento e distribuição de produtos e serviços pelos modais referidos, em especial pelo hidroviário, cujo acesso leva ao Porto do Rio Grande.

Apoio aos Parques Tecnológicos

As áreas de ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento são vetores essenciais para a manutenção da competitividade das economias mundiais. Os países desenvolvidos estão no topo do ranking com relação aos dispêndios em ciência e inovação em relação ao PIB. A Coréia, país que tem apresentado índices de desenvolvimento bastante elevados, é destaque como o país que mais investe em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em porcentagem do PIB.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

No caso do Brasil, dados do Ministério da Ciência e Tecnologia comprovam uma participação ainda pouco expressiva na área, mas o País tem se esforçado para reverter essa situação.

No Rio Grande do Sul, a área de ciência, tecnologia e inovação sempre esteve abaixo do percentual brasileiro. Em 2000, o Estado detinha um percentual de dispêndios em P&D de 0,61% diante dos 1,63% do Brasil e, em 2009, detinha 0,21% diante dos 1,38% do Brasil.

Em se tratando do percentual dos dispêndios em P&D e de C&T em relação à receita total dos estados, em 2009, pode-se observar que o Rio Grande do Sul detinha 0,44% enquanto o Brasil detinha 1,92%. O nível de dispêndios do Estado está abaixo do esperado se comparado com o patamar de participação em relação ao Brasil em variáveis como tamanho do PIB, renda per capita, volume de exportações, postos de trabalho e número de estabelecimentos produtivos, entre outras.

Em se tratando de inovação no estado, dados da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC), de 2008, demonstram que, de uma amostra de 100.492 empresas gaúchas, 38,1% implementaram inovação e 30,4% realizaram dispêndios em atividades inovativas, sendo que o principal responsável pelo desenvolvimento da inovação de produtos na indústria é a própria empresa, com 84,20% de participação, seguida da empresa com cooperação com outras empresas ou instituições. Destaca-se, ainda, que o governo tem sido a fonte principal de financiamento das atividades de P&D e demais atividades inovativas realizadas pelas empresas. Dados da PINTEC comprovam que 14,20% das empresas tiveram apoio do governo no financiamento a P&D e compra de equipamento e que 1,40% tiveram apoio a projetos de inovação sem parceria com universidades e institutos de pesquisas.

Também merece destaque, nos dados da pesquisa da PINTEC, o grau de qualificação das pessoas ocupadas nas atividades internas de P&D industriais que implementaram inovação, por nível de qualificação. Os dados demonstram que 35,50% das pessoas ocupadas têm pós-graduação; 33,40% têm graduação e 6,50% ensino médio. Percebe-se assim que 93,50% têm pelo menos graduação. Isso vem comprovar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

que o estado tem capital humano não apenas em termos de quantidade, mas também de qualidade para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo.

O projeto objetiva a qualificação do setor tecnológico, visto que há grande carências que fragilizam o atingimento do seu desenvolvimento. As empresas de pequeno e médio porte apresentam fragilidade em aspectos de gestão, processo produtivo, adequação de produtos para o mercado e certificações, sobretudo no que requer pesquisa, desenvolvimento e inovação. Na maioria dos casos, as empresas não procuram os centros de pesquisa por entenderem que estes não desenvolvem pesquisas que atendem suas reais necessidades. É baixa a adesão das empresas em projetos compartilhados de centros tecnológicos e de desenvolvimento.

Do ponto de vista do setor público estadual, há ausência de instrumentos de apoio direto às empresas: de identificação e mapeamento da situação, fragilidades e demandas de capacitações específicas de desenvolvimento tecnológico, inovações, gestão e necessidade de investimentos. Essa ausência fragiliza a elaboração de programas de direcionamento de agentes que apresentam (ou têm potencial) soluções de gestão, tecnologias, inovação e até mesmo de crédito. O distanciamento da relação demanda-oferta também limita a capacidade de elaboração e aplicação de programas voltados a setores, cadeias e arranjos produtivos.

Desse modo, com a execução do projeto, pretende-se qualificar os Parques Científicos e Tecnológicos, que são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, trabalhando com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Esses ambientes podem se constituir em incubadoras e condomínios de empresas de base tecnológica. Nos Parques Científicos e Tecnológicos e em incubadoras existe a interação entre a universidade e a empresa, portanto apoiar a implementação de políticas de melhorias nesses ambientes produtivos possibilita um ganho de competitividade para as empresas gaúchas.



Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE

O Estado do Rio Grande do Sul não dispõe de uma política cartográfica estruturada, como consequência desta lacuna, as atividades relacionadas a diferentes áreas ressentem-se de uma infraestrutura de dados espaciais organizada e centralizada que possa melhorar o atendimento à sociedade. São exemplos de áreas afetadas: gestão ambiental, prevenção de catástrofes, rastreabilidade animal, previsões de safras.

As bases digitais existentes (1:250.000 e 1:50.000), obtidas a partir da digitalização de cartas topográficas desatualizadas, não possuem um repositório adequado que as disponibilize para os diferentes órgãos. A utilização do material existente tem sido prejudicada pela inexistência de uma estrutura que permita o armazenamento e o compartilhamento dessas informações, tornando-as acessíveis a todos os órgãos do Estado. Além disso, o Estado não dispõe de informações em escalas para execução e monitoramento de políticas públicas que, cada vez mais, requerem informações georreferenciadas para que os resultados possam ser acompanhados, qualificando a ação governamental.

Para que essas necessidades não sejam supridas por iniciativas isoladas gerando gastos sobrepostos é necessário que o Estado centralize suas ações de acordo com uma política cartográfica.

COMPONENTE 2: Melhorias em Transportes

Pavimentação de Acessos Municipais

No Rio Grande do Sul, a principal modalidade de transporte é a rodoviária, sendo fator importante para promoção do aumento da competitividade econômica do estado. Todavia, embora a rede rodoviária abranja quase a totalidade do território do estado, há vários municípios que ainda não possuem acesso pavimentado. No total, há necessidade de pavimentação de 104 acessos municipais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Para qualificar a malha rodoviária, serão pavimentados 76 acessos municipais com os recursos pleiteados, para os quais há previsão de conclusão durante o prazo de execução do projeto.

Ressalta-se que a necessidade de pavimentação dos acessos tem, ainda, outros grandes objetivos, como por exemplo, a redução das dificuldades de integração da malha rodoviária; a minimização das desigualdades regionais; a redução da extensão dos deslocamentos e uma maior rapidez nesses deslocamentos; e a acessibilidade aos diversos municípios, facilitando a permanência da população no interior do estado e o acesso de parte da população menos favorecida aos serviços sociais especializados.

Modernização de Aeroportos Regionais

A adequação do infraestrutura do transporte aéreo constitui-se em importante fator para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Em consequência disso, há necessidade de qualificação do transporte aéreo, principalmente, no interior do estado.

O Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul, para o período 2003/2022, classifica o Aeroporto de Passo Fundo na categoria de Regional, necessitando ser capacitado para operação de aeronaves de grande porte (categoria 3C). As obras a serem realizadas neste aeroporto são necessárias para adequar a infraestrutura a sua nova classificação e atender à legislação aeronáutica em vigor. Assim, novas aeronaves poderão operar e novas companhias aéreas poderão se instalar na região.

Atualmente, o aeroporto de Passo Fundo apresenta infraestrutura não compatível para receber aeronaves de código de referência 3C, estando impossibilitado de atender totalmente à demanda presente. Inclusive, a infraestrutura existente impossibilita o seu crescimento, tendo por obstáculos às operações, considerando as necessidades requeridas pela nova categoria, às próprias instalações, o terminal de passageiros e o pátio de aeronaves.

Na mesma situação encontra-se o aeroporto Rio Grande, ou seja, com infraestrutura insuficiente para receber aeronaves de grande porte, impossibilitado o recebimento de novas linhas aéreas regulares. Este aeroporto está incluído na rede



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

estadual de aeroportos devido ao alto potencial socioeconômico, no contexto estadual, e por ter apresentado expectativas de demanda por transporte aéreo regular a partir de seu primeiro planejamento.

Por sua vez, os aeroportos de Erechim, Ijuí e Santa Rosa, administrados pelo Estado, são classificados na rede estadual como de interesse local, atendendo à região norte e noroeste. Operam com aeronaves e movimento de passageiros no limite da isenção de instalação de seção contra-incêndio. Considerando que o plano de desenvolvimento indica aumento de demanda, faz-se necessário o incremento na infraestrutura, dotando estes aeroportos de equipamentos para segurança de voo e segurança operacional, possibilitando operação de aeronaves com maior capacidade de passageiros, instalação de novas companhias e implantação de novas linhas aéreas.

COMPONENTE 3: Apoio à Modernização do Sistema Produtivo Rural

Modernização da Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul

A produção agropecuária gaúcha repercute no conjunto da economia estadual por estar fortemente interligada a outros setores da matriz produtiva. Desta forma, quando a agropecuária apresenta um bom desempenho, outros setores são indiretamente beneficiados. O Setor agropecuário responde por cerca de um terço do PIB estadual, e é o principal gerador de renda de grande parte dos pequenos e médios municípios, sendo responsável por um quarto de todo o pessoal ocupado no estado (Porsse, 2003).

Em épocas de crises econômicas, o agronegócio sempre vem garantindo a estabilidade financeira nacional e estadual, bem como a Balança Comercial e o PIB.

Recentemente o Brasil vem se consolidando como um grande exportador do agronegócio, alcançando um valor elevado em volume e também em número de diferentes países compradores. Inclusive, por ser um dos maiores exportadores de produtos do agronegócio e possuir enorme capacidade de expansão. Nesse cenário, o serviço oficial de Defesa Agropecuária assume um papel fundamental, uma vez que é o responsável pela certificação sanitária dos produtos de origem animal e vegetal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

destinados à exportação e ao mercado interno, controlando o descaminho, contrabando e evitando a introdução de enfermidade de interesse comercial.

Para o Rio Grande do Sul manter o status de referência nacional em sistemas de equivalência em inspeção de produtos de origem animal, junto ao Ministério da Agricultura, a Secretaria Estadual necessita de investimentos estruturais e de recursos humanos, principalmente para melhoria das suas próprias instalações próprias da SEAPA, visando qualificar as condições estruturais tanto para servidores, produtores e comunidade em geral. Esta reestruturação envolve também o fornecimento de serviço em condições mínimas, satisfatórias para a comunidade em todas as 248 Inspetorias Veterinárias e de Zoonoses.

Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil

A modernização da infraestrutura do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil (PEEAB) tem por finalidade o seu uso mais eficiente ao longo de todo o ano e com múltiplas finalidades.

Localizado no município de Esteio, distante 25km de Porto Alegre, o Parque Estadual de Exposições Assis Brasil (PEEAB) foi inaugurado em agosto de 1970, após a compra de 64ha da Fazenda Kroeff. Desde a sua inauguração, o Parque sedia a mais importante feira agropecuária do Rio Grande do Sul: a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários - EXPOINTER - com um fluxo de 561.000 visitantes, 2.850 expositores, sendo aproximadamente 25 estrangeiros e 5.000 animais expostos no ano de 2010.

O complexo possui área de 141ha, contando com 45,3 mil metros quadrados de pavilhões cobertos e 70 mil metros quadrados de área para exposição, 07 mil vagas de estacionamento interno, 19 locais para julgamentos, 09 locais para realização de leilões, diversos restaurantes e lancherias, posto médico, auditórios, agências bancárias e de câmbio, agências de turismo, posto do correio, telefones públicos e internet.

A localização geográfica do PEEAB, na Região Metropolitana de Porto Alegre, reúne 32 municípios do estado em intenso processo de conurbação, formando com seus



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

municípios lindeiros uma mancha urbana contínua, que inclui também o chamado Vale dos Sinos. Atualmente, compreende 10.097,186km² e, segundo censo do IBGE de 2010, possui 3.979.561 habitantes, sendo a quarta mais populosa do Brasil – superada apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, respectivamente – a com quarto maior PIB do Brasil, e a 82^a maior aglomeração urbana do mundo.

Possui grande facilidade de acesso, pois se situa a ao longo da BR-116, e próximo à estação da TRENURB (Metrô de Superfície que liga Porto Alegre a São Leopoldo, com Estação de Desembarque para a EXPOINTER - Estação Esteio).

O impacto do segmento de turismo de eventos na economia de Porto Alegre e Região Metropolitana deverá chegar a R\$ 126 milhões no ano de 2011, o que equivale a um salto expressivo de 63% em comparação aos últimos dois períodos (2009 e 2010). Cerca de 170 mil visitantes chegarão à capital para participar de 33 eventos, pelo em 13 diferentes segmentos, com especial destaque para a área médica, que já possui 12 congressos confirmados. A estimativa é de um acréscimo de 74% no público participante.

O Parque – localizado em uma área com geografia privilegiada, com amplos espaços e com sua vocação natural, além dos novos rumos em que caminham os eventos no estado – necessita se tornar um espaço multiuso, considerando que o agronegócio, os congressos, a cultura e a música podem conviver harmonicamente com a preservação de aspectos técnicos fundamentais para a continuidade dos eventos agropecuários. Na prática, isso já ocorre, porém de forma adaptada, sendo necessária sua qualificação como instrumento auxiliar para o incremento da economia gaúcha e, conseqüentemente, ganhos para os cofres públicos.



Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea

A produção total de arroz irrigado no Rio Grande do Sul tem crescido a cada ano, como consequência do crescimento da área plantada (taxa de crescimento de 16.000ha/ano) e da produtividade (taxa de 200kg/ha/ano). Na safra 2010/11 foram cultivados 1,17 milhão de hectares e a média de produtividade foi de 7,7t/ha. A produção total foi de 9 milhões de toneladas de arroz em casca, o que corresponde a 65 % da produção brasileira desse cereal.

A liderança na produção de arroz irrigado no sul do Brasil pode ser atribuída, em parte, ao forte trabalho das equipes de pesquisa e de extensão rural do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA). A Divisão de Pesquisa é sediada na Estação Experimental do Arroz, em Cachoeirinha, e possui unidades avançadas de pesquisa em todas as regiões orizícolas, contemplando os municípios de Cachoeira do Sul, Camaquã, Dom Pedrito, Santa Vitória do Palmar, Torres e Uruguaiana. Além dessas estações regionalizadas, são realizadas ações de pesquisa em lavouras comerciais de agricultores. Para as ações realizadas no interior do Rio Grande do Sul é necessário o deslocamento de máquinas e equipamentos para as operações de preparo do solo, semeadura e colheita dos ensaios experimentais, algumas estações regionais dispõem de algumas máquinas e equipamentos mínimos.

Apesar da grande expressão da cultura de arroz irrigado no RS, os orizicultores estão enfrentando dificuldades técnicas e financeiras, como a falta de rentabilidade do setor, devido ao monocultivo e aos problemas associados, como a grande infestação de arroz vermelho, pragas e doenças. A atual conjuntura da agricultura sulina está fundamentada no uso intensivo do solo e na grande aplicação de insumos e defensivos agrícolas, que de certa maneira está causando danos irreversíveis ao meio ambiente e ao sistema agroecológico das várzeas e dos mananciais hídricos.

A busca de novas alternativas culturais com o desenvolvimento de sistemas integrados de produção, envolvendo rotação de culturas e associação com a produção



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

pecuária, certamente poderão abrir novos horizontes para os produtores rurais instalados na metade sul do estado, principalmente os pequenos agricultores familiares.

Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) possui vários centros de pesquisas dedicados à produção animal, distribuídos preferencialmente na metade sul do estado. Há mais de três mil hectares disponíveis e poucos pesquisadores. Com a autorização do governo do estado em contratar imediatamente 43 novos pesquisadores, vários deles na área animal, esbarra-se na péssima qualidade da infraestrutura desses centros, sendo necessária a sua qualificação, com vistas à atuação da Fundação na sua função principal de geradora de novas tecnologias que venham a aumentar a renda dos pecuaristas, aumentar a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, fortalecer o governo e suas funções sociais.

O projeto, com a modernização da infraestrutura básica dos seis centros de pesquisa agropecuária da FEPAGRO, localizados nas cidades de Hulha Negra, Dom Pedrito, São Gabriel, Uruguaiana, Tupanciretã e Taquari, pretende atingir a excelência em desenvolvimento científico e inovação tecnológica da pesquisa agropecuária gaúcha, para dar suporte à pecuária familiar de corte e leiteira. Além disso, com este projeto, propõe-se a instalação da Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial (CRIA) na FEPAGRO Campanha, Centro de Pesquisa Iwar Beckman, em Hulha Negra. Deste modo, a CRIA, com seu material genético e seus equipamentos, passará novamente a ser gerida pela Secretaria da Agricultura, permitindo a tal Secretaria implementar políticas públicas visando à melhoria da qualidade genética dos rebanhos gaúchos.

Outra questão a ser resolvida é a necessidade de construção de uma biofábrica. Na presença de inimigos naturais dos insetos-praga, as pulverizações com inseticida podem vir a ser reduzidas ou, até mesmo, tornarem-se desnecessárias, principalmente quando a praga se encontra abaixo do nível de dano. Uma das alternativas para diminuir o uso intensivo de agrotóxicos é a utilização do controle biológico aplicado, através da liberação massal de parasitóides. No entanto, no RS não há biofábrica de parasitóides, que são adquiridos de outros estados como Paraná, São Paulo e Minas Gerais,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

aumentando o custo para os agricultores. Outro inconveniente de serem utilizados parasitóides provenientes de outras regiões do Brasil é a recomendação de que seja realizada a escolha e multiplicação de linhagens de parasitóides oriundos da mesma região em que serão utilizados no controle de determinada espécie hospedeira. Isso garante que os parasitóides estejam adaptados às condições ambientais do local, de forma que se obtenha maior eficiência no controle.

Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar

O Rio Grande do Sul possui 441.467 estabelecimentos rurais, destes 378.546 são de base familiar (85,7%); as cadeias produtivas vinculadas ao campo representam metade do PIB do estado e as cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar representam 27% do PIB gaúcho; as matérias-primas mais nobres da indústria gaúcha vêm da agricultura (carne, leite, grãos, frutas, fumo, cana-de-açúcar e madeira); na maioria dos municípios gaúchos a economia de base familiar é determinante para o desenvolvimento, no qual os empreendimentos urbanos encontram-se profundamente vinculados às atividades rurais (de um total de 496 municípios, 396 têm menos de 20.000 habitantes e 331 têm menos de 10.000 habitantes).

Mesmo que a agricultura seja determinante para a maioria dos municípios, o Rio Grande do Sul, desde os anos 70, vem reduzindo, significativamente, a sua população rural. Em dez anos a população rural caiu de 18,35% para 14,9% da população do estado, ou seja, uma redução de 276.176 pessoas. Para este público, os principais problemas a serem enfrentados dizem respeito à qualificação das economias de base familiar e a criação de alternativas de acesso ao mercado que garantam renda e qualidade de vida, viabilizando a permanência das famílias no meio rural. Por outro lado, para a população do meio rural em situação de pobreza, que possui dificuldade de acesso ao crédito, a exemplo de parte dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, faz-se necessário investimento público em infraestrutura básica e produtiva.

Com a execução deste projeto pretende-se fortalecer a infraestrutura básica, produtiva e de abastecimento nas economias de base familiar e cooperativa por meio da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

capitalização do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (FUNTERRA), do aparelhamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da melhoria da infraestrutura das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA).

O meio rural, nesta nova perspectiva, é concebido nos seus vários aspectos, a partir do conceito de multifuncionalidade das propriedades e do ambiente da agricultura familiar. Não só voltado para a geração de trabalho e renda, mas, também, para o desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: social, econômico, cultural e ambiental. Para isso, o Governo Estadual vem desenvolvendo seus programas e projetos voltados para atender as múltiplas necessidades desse público, tais como os de fortalecimento da infraestrutura produtiva no meio rural, assistência técnica, qualificação profissional de agricultores, beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção.

Outro problema importante a ser atacado diz respeito aos efeitos das sucessivas estiagens que o Rio Grande do Sul vem sofrendo. De cada dez anos, sete apresentam deficiências hídricas, as quais prejudicam a produção agrícola, a criação de bovinos, suínos e aves e, até mesmo, comprometem o abastecimento humano em algumas regiões. Mesmo naquelas regiões com alto volume de precipitação (de 1.400 a 1.600mm anuais), ocorre escassez na época de estiagem, principalmente nas atividades de produção agropecuária. Isso se deve ao fato de que poucas propriedades utilizam práticas de armazenamento de água e sistemas de irrigação.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, dos 430 mil estabelecimentos agrícolas existentes no estado, apenas 27 mil utilizavam algum tipo de irrigação, significando 6,2%. Dentre os sistemas de irrigação mais usados, destaca-se o sistema por superfície (inundação), que é adotado em 16 mil estabelecimentos rurais gaúchos, predominantemente em lavouras de arroz. Esse tipo de irrigação ocupa 1.150.000ha no Rio Grande do Sul. Em razão da deficiência hídrica no estado que ocorre principalmente nos meses de dezembro a março, justamente nos meses de intensa produção agropecuária, faz-se necessário armazenar a água das chuvas em abundância no inverno para que seja utilizada nos meses em que ocorre déficit hídrico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A reforma agrária no estado abrange 96 municípios, com 13.306 famílias assentadas em 283.852,14ha. Atualmente, existem 325 assentamentos entre projetos federais e estaduais. Deste total, 157 projetos de assentamento são da União e estão organizados em 175.401,20ha, totalizando 7.874 famílias. O governo gaúcho conta com 136 projetos estaduais de assentamento, os quais estão ordenados em 83.865,55ha, perfazendo 4.372 famílias beneficiadas. Existem ainda 32 projetos de assentamentos compartilhados, entre os governos Federal e Estadual, com área total de 24.585,38ha e 1.149 famílias. A Metade Sul concentra o maior número de assentamentos implantados no estado devido aos vazios urbanos e a disponibilidade de áreas existentes na região. A implantação desses assentamentos ocorreu em áreas degradadas e em locais desprovidos de infraestrutura – água, estrada, eletrificação, escola, saúde, entre outros – e exigiu uma atenção especial do Executivo gaúcho. Neste aspecto, o projeto busca também capitalizar o FUNTERRA para qualificar a infraestrutura básica e produtiva de assentamentos, que têm como público alvo os agricultores assentados nos projetos estaduais de reforma agrária, de forma a possibilitar a permanência da família no campo com qualidade de vida, com vias a produzir seu sustento, agregando também valor à produção agrícola de forma segura e agroecológica. A prioridade estratégica associada está no fortalecimento das cadeias produtivas das economias de base familiar e cooperativa, conjugando melhoria de renda, qualificação tecnológica e sustentabilidade social e ambiental.

Outra ação deste projeto envolve a capitalização da CEASA, mediante a constituição de novos espaços de abastecimento, oferecerá melhores condições de distribuição e comercialização dos produtos levando a ampliação da renda da agricultura familiar e a melhores condições de permanência das famílias de agricultores no meio rural. A CEASA/RS, como vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural, com sede em Porto Alegre, responde por um terço dos produtos hortigranjeiros consumidos no Rio Grande do Sul. Oferece um mix com mais de 110 produtos, oriundos da produção de 198 municípios gaúchos, 18 estados brasileiros e 9 países.



COMPONENTE 4: Habitação para Grupos de Baixa Renda

Regularização urbanística e fundiária

A implementação de ações para a melhoria urbana em ocupações localizadas nos municípios de Gravataí, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul e Porto Alegre tem por finalidade solucionar a questão do acesso das comunidades à terra urbanizada e aos serviços e equipamentos públicos, oportunizando, na medida do possível, a permanência destas populações no próprio local do assentamento. Para tanto, o projeto pretende solucionar problemas envolvendo carências na rede de esgoto pluvial, pavimentação, abastecimento de água, rede de energia elétrica, rede de drenagem pluvial, implantação de praça, reassentamentos, rede coletora dos esgotos cloacais, organização espacial, paisagismo, regularização cartorial e precariedade das habitações.

Em alguns dos loteamentos há alta densidade populacional e muitas famílias valem-se da coleta informal de papéis e sucata como forma de sustento, o que significa acúmulo de lixo e o convívio com animais de tração co-habitando com as famílias. A renda média da população não ultrapassa dois salários mínimos.

Ressalta-se que, no município de Porto Alegre, há ocupações que ora se caracterizam por um traçado urbano formado por quarteirões consolidados, com habitações de padrão construtivo médio, ora por áreas de risco ou de preservação, ocupadas por habitações precárias, que precisam ser removidas. Além disso, há prejuízos ambientais causados pelas habitações construídas em áreas de risco e de preservação, como encostas de morros, nascentes e margens de arroios, muitos deles integrantes de importantes microbacias do município, bem como pelas más condições de vida da grande parte dessa população, aflita por sua situação fundiária indefinida e pelas deficiências de infraestrutura, tais como ruas não pavimentadas, esgotos a céu aberto, redes elétricas e de água clandestinas.



COMPONENTE 5: Qualificação da Segurança Pública

Na área da segurança pública, o Projeto abrange ações na área do policiamento ostensivo, polícia judiciária e sistema prisional.

No tocante ao policiamento ostensivo, o Projeto pretende qualificar as condições de segurança dos ambientes de trabalho da Brigada Militar, pois qualquer ato que ocorra contra a instituição terá grande repercussão negativa junto à sociedade, principalmente na Capital e na Região Metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, as quais contam com a maior concentração de efetivos e onde os problemas de segurança pública estão mais aflorados, demandando diariamente grande demanda de atendimento de ocorrências.

Do mesmo modo, a Polícia Civil encontra-se desprovida de equipamentos para execução de vigilância eletrônica sobre os alvos em investigação. O suprimento dessa carência, através de viaturas técnicas, equipamentos de operações de inteligência e Veículo Aéreo Não Tripulado, propiciará um acréscimo na qualidade da investigação, redundando em um maior número de prisões relacionadas a grupos e organizações criminosas, reduzindo a criminalidade em todo o estado.

Outra ação para a Polícia Civil envolve a construção de Delegacia de Polícia para Pronto Atendimento, Mulher, Furtos, Roubos e Extorsões, Homicídios e Proteção à Pessoa no Município de Caxias do Sul.

A ampliação e o aperfeiçoamento do Sistema de Polícia Judiciária objetiva qualificar, para todo o estado, o Sistema de Inteligência e Investigação Criminal, para auxiliar a investigação criminal por meio de avançadas ferramentas de análise criminal, georreferenciamento e inteligência policial.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul, o Projeto visa evitar o ingresso de produtos, materiais e substâncias não autorizadas tanto pelos visitantes como pelos servidores penitenciários; aprimorar o sistema de administração prisional e as condições de trabalho do servidor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

penitenciário; modernizar e ampliar a vigilância no Sistema Prisional do Estado; melhorar as informações penitenciárias, especialmente quanto à identificação criminal; aumentar a capacidade da Inteligência Penitenciária e dos demais órgãos da Segurança Pública, tanto do Estado quanto da União; reduzir o déficit de vagas da população carcerária; promover a inclusão social com cidadania, na medida em que a superpopulação carcerária fomenta a criminalidade em um ambiente degradante e criminógeno. As ações envolvem os Presídios de Jacuí, Central de Porto Alegre, Charqueadas, Canoas e Venâncio Aires.

COMPONENTE 6: Ampliação do Crédito para Municípios e Empresas

Aumento de capital do BADESUL

O projeto objetiva a ampliação do apoio do BADESUL às Prefeituras gaúchas por meio de financiamento a investimentos fixos não amparados por linhas de crédito existentes do BNDES. Além disso, apresentar alternativas a financiamentos em sua forma tradicional para a iniciativa privada, por meio de Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) destinados aos setores prioritários do estado, como Agroindústria e Petróleo & Gás.

Para tanto, pretende apoiar, no mínimo, 50 municípios gaúchos, destinando-lhes o montante de R\$ 52 milhões; e destinar, nos próximos 2 anos, R\$ 52 milhões para apoiar, via Fundos de Participação e Fundos de Direitos Creditórios, no mínimo 10 empresas, criando pelo menos 4 novos jogadores de porte nacional/internacional nestes setores.

Assim, atuará atendendo, prioritariamente, municípios de pequeno porte, que representam 80% do universo do estado, em projetos de infraestrutura, saneamento e meio ambiente, desenvolvimento institucional (ferramentas de otimização da gestão pública para municípios), maximizando as fontes existentes ao compor um rol de recursos oriundos da capitalização do BADESUL com os repassados pelo BNDES.

A agroindústria gaúcha possui diversos grupos econômicos (boa parte no formato de empresas familiares), com grande potencial de crescimento, mas que carecem, de um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

lado, de recursos financeiros para executarem seus planos de crescimento e, de outro lado, da implantação de processos de gestão, visando à profissionalização de seu corpo executivo, à implantação de boas práticas de gestão e governança corporativa em todos os seus processos.

Além disso, o planejamento estratégico do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul identificou diversos setores considerados relevantes para a retomada do crescimento sustentado do estado, dentre eles o setor de Petróleo & Gás, os quais serão apoiados por meio da concessão de crédito e outros benefícios que possibilitem tanto a instalação de novas plantas quanto à expansão das existentes.

Por outro lado, para atender de maneira eficaz o cidadão gaúcho, boa parte das Prefeituras precisa qualificar a sua estrutura, realizando investimentos que atualmente não se enquadram nas linhas de crédito livres do contingenciamento do endividamento do Setor Público.

Com o ingresso de R\$ 104 milhões no capital do BADESUL, seriam destinados R\$ 52 milhões para a constituição de Fundos de Participação, ocasionando uma multiplicação de, pelo menos, 4 vezes para desenvolver os setores de Agroindústria e de Petróleo e Gás. Os resultados da aplicação dos restantes R\$ 52 milhões também podem ser ampliados se houver uma combinação com as linhas do BNDES para Prefeituras.

Os investimentos em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida da população dos municípios de pequeno porte ou das periferias dos grandes centros urbanos, que sirvam de contrapartida para Programas Federais como o “Minha Casa Minha Vida”, que qualifiquem a infraestrutura de distritos industriais, apoiando investimentos que dinamizem as economias locais e regionais, que resultem na racionalização de centros administrativos com melhorias na prestação de serviços ao cidadão, são alguns dos exemplos de como se pode potencializar o efeito positivo do empréstimo diretamente na vida das comunidades gaúchas.



2.2.2 Gestão do PROREDES BNDES

a. Gestão e execução

O programa será coordenado pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), por meio do Departamento de Captação de Recursos (DECAP). O Departamento acompanhará a execução de todos os projetos e ações, mantendo dados atualizados sobre a execução físico-financeira e o cumprimento dos indicadores.

O DECAP também coordenará o Núcleo Gestor (NEGEP) da operação, formado por representantes de todos os órgãos coexecutores e da Secretaria da Fazenda (SEFAZ). O NEGEP terá sob sua responsabilidade a comunicação com o BNDES e o envio de documentos para solicitação de recursos e prestação de contas, a partir das informações recebidas das Secretarias coexecutoras.

Os órgãos coexecutores darão andamento aos procedimentos necessários à execução de seus projetos e ações, indicarão servidor para compor o NEGEP, encaminharão os documentos necessários para solicitação de recursos e prestação de contas ao NEGEP e repassarão informações para que o DECAP mantenha atualizados seus dados sobre a operação.

No caso de licitações, a Central de Compras do Estado (CECOM) realizará os procedimentos necessários, a não ser em temas da segurança, já que a Secretaria da Segurança Pública possui o seu próprio grupo de licitações. A Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOPS) dará apoio às ações que envolvam obras no âmbito de suas competências.

b. Descrição do Núcleo Gestor (NEGEP)

O NEGEP será composto por servidores públicos de todos os órgãos executores e da Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Sua coordenação estará a cargo de Margareth



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Vasata, diretora do DECAP/SEPLAG, cujos dados para contato são mvasata@seplag.rs.gov.br e (51) 3288 1446.

2.2.3 Descrição das intervenções do projeto

No quadro a seguir apresentam-se a discriminação de cada produto pretendido nas intervenções do projeto, qual problema diagnosticado a intervenção está ligada, o responsável pela intervenção e suas informações para contato e o orçamento estimado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Problema	Responsável	Orçamento
1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA						
1.1	Áreas e Distritos Industriais	SDPI	Áreas industriais municipais implantadas Áreas e Distritos Industriais com infraestrutura qualificada implantada Projetos de Terminais Portuários concluídos	Distritos Industriais estaduais existentes com infraestrutura inadequada para instalação de novas empresas. Os municípios apresentam áreas industriais com infraestrutura incompleta. Necessidade de implantação de terminais portuários junto a distritos e áreas industriais que podem utilizar a hidrovia, gerando vantagem competitiva de logística.	Julia Ambros Coordenadora de Acesso e Captação de Recursos julia-ambros@agdi.rs.gov.br Telefone: 3288-1013	R\$ 110.000.000,00
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	SCIT	Parques tecnológicos apoiados	Existe pouco dinamismo da economia gaúcha, frente a outros estados, associado aos gargalos tecnológicos comprometendo a competitividade do setor produtivo.	Luciano Andreatta Diretor Técnico Telefone: (51) 32887402 luciano-andreatta@scit.ts.gov.br	R\$ 33.000.000,00
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	SEPLAG	Portal eletrônico de dados espaciais Bases cartográficas (1:25000)	O Estado do Rio Grande do Sul não dispõe de uma política cartográfica estruturada. Como consequência, as atividades relacionadas a diferentes áreas como gestão ambiental, prevenção de catástrofes, rastreabilidade animal, previsões de safras, dentre outras, ressentem-se de uma infraestrutura de dados espaciais organizada e centralizada que possa melhorar o atendimento à sociedade.	Rogério Fialho Coordenador da Assessoria Técnica Telefone: (51) 3288-1431 rogerio-fialho@seplag.rs.gov.br	R\$ 14.000.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Problema	Responsável	Orçamento
2. MELHORIAS EM TRANSPORTES						
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	SEINFRA - DAER	76 acessos municipais pavimentados	Número elevado de municípios gaúchos sem pavimentação nos acessos, causando falta de integração, aumento das desigualdades regionais e dificuldades de acesso da população menos favorecida aos serviços sociais especializados.	Ana Paula Cardoso anapaula@daer.rs.gov.br Telefone: (51) 32105001	R\$ 586.000.000,00
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	SEINFRA	Aeroportos qualificados Segurança operacional implementada	Atualmente os aeroportos de Passo Fundo e Rio Grande apresentam infraestrutura insuficiente para receber aeronaves de grande porte (código de referência 3), impossibilitando o recebimento de novas linhas aéreas regulares e aumento de passageiros. A construção de infraestrutura de acesso e seção contra incêndio nos aeroportos de Erechim, Ijuí e Santa Rosa e a ampliação da seção contra incêndio dos aeroportos de Passo Fundo, Rio Grande e Santo Angelo são necessárias para cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC, para atender o aumento da demanda e possibilitar a instalação de novas linhas aéreas.	Lígia Villagrán Barreto Alves Engenheira Civil do Departamento Aeroportuário- DAP/SEINFRA Telefone: 3288-5384 ligia@seinfra.rs.gov.br	R\$ 20.000.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Problema	Responsável	Orçamento
3. APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL						
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária do RS	SEAPA	Equipamentos adquiridos e instalações e infraestrutura modernizadas	A estrutura de defesa agropecuária, incluindo as inspetorias veterinárias, encontra-se em condições precárias para prestação de serviço, especialmente de prevenção de febre aftosa e peste suína.	Eraldo Leão Marques Diretor Departamento de Defesa Agropecuária (DDA) eraldo-marques@agricultura.rs.gov.br	R\$ 11.600.000,00
3.2	Reestruturação do Parque Estadual Assis Brasil	SEAPA	Obras concluídas e equipamentos entregues	Estrutura do Parque em condições precárias	Telmo Motta Jr, Diretor telmo-motta@agricultura.rs.gov.br Telefone: (51) 3458 8501	R\$ 18.400.000,00
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	SEAPA - IRGA	Obra concluída e equipamentos entregues	Estruturas físicas e materiais do IRGA desgastadas e desatualizadas, dificultando a pesquisa e a difusão de novas técnicas e tecnologias	Sérgio Lopes sergio-lobes@irga.rs.gov.br Telefone: 3470 0605	R\$ 9.000.000,00
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	SEAPA - FEPAGRO	Obras concluídas, equipamentos entregues e biofábrica concluída	Infraestrutura física dos centros da FEPAGRO desgastados e desatualizados. Uso intensivo de inseticidas químicos no controle de pragas, gerando danos ambientais e físicos às pessoas.	Luciano Kaiser luciano-kayser@fepagro.rs.gov.br Telefone: (51) 3288-8056	R\$ 22.000.000,00
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	SDR	Secretaria com infraestrutura modernizada e instalações da CEASA recuperadas e ampliadas	Infraestrutura da SDR e maquinário para apoio aos agricultores assentados e em condições precárias são insuficientes e desatualizados. Instalações da CEASA em situação de risco, necessitando de recuperação e ampliação.	Elton Scapini – Diretor-Geral elton-scapini@sdr.rs.gov.br Telefone: (51)3218-3377	R\$ 75.000.000,00
4. HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA						
4.1	Regularização urbanística e fundiária	SEHABS	Estudos e projetos prévios concluídos Loteamentos com infraestrutura implantada Unidades habitacionais construídas	Deficiências graves de infraestrutura, prejuízos ambientais e situação fundiária indefinida em áreas ocupadas na grande Porto Alegre, resultando em condições de vida indignas para as populações envolvidas.	Eduardo Germano Felker Andreis, Diretor, telefone (51) 32884625, eduardogfa@sehadur.rs.gov.br	R\$ 94.000.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Problema	Responsável	Orçamento
5. QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA						
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	SSP - BM	Sistema de Gerenciamento de Frota BM implantado; Sistema de Videomonitoramento BM implantado; Equipamentos de informática adquiridos.	Defasagem tecnológica dos equipamentos de informática, dos sistemas de controle operacional para o gerenciamento da frota e de acesso ao complexo BM	Marcio de Azevedo Gonçalves; marcio-goncalves@bm.rs.gov.br; (51) 3288 2922	R\$ 9.000.000,00
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	SSP - IGP	Número de unidades do IGP reformadas; Equipamentos adquiridos.	Defasagem dos equipamentos dos laboratórios de perícias, bem como deficiências de infraestrutura, ocasionando atraso na emissão dos laudos expedidos.	Jackson Garrafiel Dombrowski; jackson-dombrowski@igp.rs.gov.br; (51)3288 5172	R\$ 6.500.000,00
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	SSP - SUSEPE	Sistemas de Videomonitoramento instalados nos estabelecimentos prisionais; equipamentos adquiridos.	Defasagem dos sistemas de administração prisional, ocasionando o ingresso de produtos, materiais e substâncias não autorizadas nos estabelecimentos prisionais	Alberi de Moura Pereira; alberipereira@susepe.rs.gov.br; (51) 3288 7226 e Adriano Dalmagro; adriano.dalmagro@susepe.rs.gov.br; (51) 3288 7220	R\$ 8.000.000,00
5.4	Ampliação de vagas prisionais	SSP - SUSEPE	Vagas prisionais construídas.	Déficit prisional aumenta a cada ano sem a geração de novas vagas.	Paulo Renato Ribeiro Menezes; paulo-ribeiro@susepe.rs.gov.br; (51) 3288 7337	R\$ 64.528.000,00
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	SSP	Sistema de Videomonitoramento e rede lógica instalados; equipamentos de informática adquiridos.	Defasagem tecnológica dos equipamentos de informática, dos sistemas de gravação e de monitoria de imagens	Fernanda Sobroza de Mello; fernanda-mello@ssp.rs.gov.br; (51) 3288 1903	R\$ 4.000.000,00
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	SSP - PC	Sistema desenvolvido; rede lógica instalada; equipamentos de informática adquiridos.	Defasagem tecnológica dos equipamentos de informática e dos sistemas de Polícia Judiciária e Inteligência e Investigação Criminal	Emerson Wendt; emersonwendt@pc.rs.gov.br; (51) 3288 2140 e Viviane Francisco Pinto; viviane-francisco@pc.rs.gov.br; (51) 3288 2339	R\$ 12.000.000,00
5.7	Estabelecimento Polícia Civil Caxias do Sul	SSP - PC	Central da Polícia Civil de Caxias do Sul construída.	Atividades da Polícia Civil estão dispersas no município de Caxias do Sul, em prédios alugados, gerando desperdício de recursos e prejuízos ao atendimento à população.	Paulo Afonso Marques de Jesus; paulo-jesus@pc.rs.gov.br; (51) 3288 2351	R\$ 5.310.000,00
6. AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS E EMPRESAS						
6.1	Aumento de capital do BADESUL	SDPI - BADESUL	Financiamentos concedidos e participações acionárias realizadas	Crédito disponível não atende às necessidades de prazo e finalidade dos municípios e escassez de recursos para empresas inovadoras	Marcelo de Carvalho Lopes Presidente marcelo.lopes@badesul.com.br (51) 3284 5826	R\$ 104.000.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

2.2.4 Metodologia de estimativa do orçamento

O quadro a seguir apresenta a metodologia utilizada para estimar o orçamento das intervenções previstas no PROREDES BNDES.

ID	Projeto	Executor	Produto	Metodologia de estimativa do orçamento
1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA				
1.1	Áreas e Distritos Industriais	SDPI	Áreas industriais municipais implantadas, Áreas e Distritos Industriais com infraestrutura qualificada implantados, Projetos de Terminais Portuários.	O orçamento do projeto foi estimado com base nos valores da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI. Como esta proposta inclui a elaboração dos projetos básicos, não tem o orçamento das obras, de forma que foi realizada uma estimativa preliminar com base nos distritos industriais já existentes, tamanho de área e valores de referência da tabela SINAPI.
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	SCIT	Parques tecnológicos apoiados	Quando os projetos apresentados para concorrer ao edital implicam obras, utiliza-se o índice do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do RS e o Índice Nacional de Custos da Construção de Civil, da Fundação Getúlio Vargas. Já no caso de aquisições, as entidades públicas seguem as regras da Lei 8.666/93, já as entidades privadas seguem o disposto na Instrução Normativa 01/2006, da CAGE/RS, que define a necessidade de pesquisa de preço e apresentação de pelo menos três orçamentos para as compras ou serviços necessários à execução do convênio.
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	SEPLAG	Portal eletrônico de dados espaciais Bases cartográficas (1:25000)	O orçamento do portal de dados espaciais é baseado em proposta comercial da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) para hardware, software e treinamento. Já o orçamento para a base cartográfica é baseado em minuta de convênio apresentada pela Divisão de Levantamento do Exército.
2. MELHORIAS EM TRANSPORTES				
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	SEINFRA - DAER	76 acessos municipais pavimentados	a) levantamento dos quantitativos dos serviços a partir dos projetos, b) orçamento realizado pela Equipe de Economia Rodoviária do DAER com a utilização do sistema de orçamento (SISPLAN) e da tabela oficial de preços do DAER.
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	SEINFRA	Aeroportos Qualificados Segurança Operacional implementada	a) Os valores das intervenções foram orçados conforme planilhas indicadoras de custos praticados no estado do Rio grande do Sul, fornecidas pelo Sistema de Custos de Obras Rodoviárias-SICRO, quando custos de pavimentação e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil-SINAPI, quando custos de construção civil. b) As planilhas de quantitativos e custos enviadas referem-se a contratação dos projetos e permanecem inalteradas. A planilha de quantitativos e custos referentes a execução das obras serão elaboradas a partir da conclusão dos projetos contratados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Metodologia de estimativa do orçamento
3. APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL				
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária	SEAPA	Identidade visual desenvolvida, veículos e equipamentos entregues	Pesquisa de preços
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPA	Obras concluídas e equipamentos entregues	Pesquisa de preços, para os equipamentos e veículos. Para as obras, Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m ²).
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	SEAPA - IRGA	Obra concluída e equipamentos entregues	Valor do CUB por metro quadrado para obras e pesquisa de preço para os equipamentos de campo, laboratório e TI.
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	SEAPA - FEPAGRO	Obras concluídas, equipamentos entregues e biofábrica concluída	Pesquisa de preços, para os equipamentos e máquinas. Para as obras (construção e reformas), Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m ²)
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	SDR	Equipamentos entregues, espaços regionalizados constituídos, capitalização realizada	Pesquisa de preços, para os equipamentos e máquinas. Para as obras (construção e reformas), Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m ²)
4. HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA				
4.1	Regularização urbanística e fundiária	SEHABS	Estudos e projetos prévios concluídos Loteamentos com infraestrutura implantada Unidades habitacionais construídas	Para a estimativa de orçamento das intervenções do projeto foram utilizados as seguintes fontes: preços e custos da construção – SINDUSCON-RS, CUB/RS de junho de 2011, conforme NBR 12721/2006; caderno de encargos e banco de dados do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB/POA; e tabela de preços para obras viárias da Prefeitura de Porto Alegre.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

ID	Projeto	Executor	Produto	Metodologia de estimativa do orçamento
5. QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA				
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	SSP - BM	Sistema de Gerenciamento de Frota BM implantado; Sistema de Videomonitoramento BM implantado; Equipamentos de informática	Pesquisa de preços no mercado
5.2	Modernização do Instituto-Geral de	SSP - IGP	Número de unidades do IGP reformadas; Equipamentos	Projeto elaborado segundo as normas adotadas pela SOP; Pesquisa de preços no mercado
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos	SSP - SUSEPE	Sistemas de Videomonitoramento instalados nos estabelecimentos prisionais; equipamentos adquiridos.	Pesquisa de preços no mercado
5.4	Ampliação de vagas prisionais	SSP - SUSEPE	Vagas prisionais construídas.	Projeto elaborado segundo as normas adotadas pela SOP; Pesquisa de preços no mercado
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	SSP	Sistema de Videomonitoramento e rede lógica instalados; equipamentos de informática adquiridos.	Pesquisa de preços no mercado
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	SSP - PC	Sistema desenvolvido; rede lógica instalada; equipamentos de informática adquiridos.	Pesquisa de preços no mercado
5.7	Estabelecimento Polícia Civil Caxias do Sul	SSP - PC	Central da Polícia Civil de Caxias do Sul construída.	Projeto elaborado segundo as normas adotadas pela SOP; Pesquisa de preços no mercado
6. AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS E EMPRESAS				
6.1	Aumento de capital do BADESUL	SDPI - BADESUL	Financiamentos concedidos e participações acionárias realizadas	Não se aplica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

2.2.5 Cronogramas físico-financeiros de implantação do PROREDES BNDES

a. Cronograma físico-financeiro trimestral

ID	Intervenção do Programa	Produto	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
			1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA														
1.1	Áreas e Distritos Industriais	Estudos, projetos e tecnologia	5.336.205	5.336.205	5.336.205	5.336.205								
1.1	Áreas e Distritos Industriais	Obras, instalações e outros	163.795	163.795	163.795	163.795	8.750.000	8.750.000	8.750.000	8.750.000	13.250.000	13.250.000	13.250.000	13.250.000
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	Obras, instalações e outros	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	Equipamentos nacionais	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.125.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais*	Estudos, projetos e tecnologia				1.000.000			1.000.000					
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais*	Outros	6.000.000				3.100.000			2.900.000				
2. MELHORIAS EM TRANSPORTES														
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	Obras, instalações e outros	52.000.000	52.000.000	52.000.000	52.390.000	52.000.000	55.000.000	52.000.000	54.000.000	41.100.000	41.100.000	41.100.000	41.310.000
2.2	Modernização do Aeroportos Regionais	Estudos, projetos e tecnologia		240.000	290.000	361.000								
2.2	Modernização do Aeroportos Regionais	Obras, instalações e outros				409.000	2.375.000	5.594.333	5.602.333	3.428.334				
2.2	Modernização do Aeroportos Regionais	Equipamentos nacionais			1.700.000									
3. APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL														
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária do RS	Equipamentos nacionais		4.250.000				4.350.000			3.000.000			
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil – PEEAB	Obras, instalações e outros			3.000.000	2.050.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.412.500	1.412.500	1.412.500	1.412.500
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil – PEEAB	Equipamentos nacionais		700.000										



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

		Ano 1				Ano 2				Ano 3				R\$
ID	Intervenção do Programa	Produto	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
(cont.) 3. APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL														
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	Estudos, projetos e tecnologia	300.000											
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	Obras, instalações e outros					1.132.000	1.132.000	1.458.000	1.008.000	700.000	700.000	870.000	
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	Equipamentos nacionais					68.000	68.000	67.000	67.000	120.000	135.000	325.000	850.000
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	Estudos, projetos e tecnologia	65.000	50.000	45.000	80.000	125.000	170.000						
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	Obras, instalações e outros		2.253.333	2.253.333	2.253.333	648.333	648.333	648.333		1.489.750	1.489.750	1.489.750	1.489.750
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	Equipamentos nacionais					690.000	690.000	690.000	690.000	1.010.250	1.010.250	1.010.250	1.010.250
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	Obras, instalações e outros	1.000.000	2.000.000	2.000.000		3.000.000	5.000.000	5.000.000		1.687.500	1.687.500	1.687.500	1.687.500
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	Equipamentos nacionais		9.500.000				7.000.000				3.750.000		
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	Outros (FUNTERRA)	8.000.000				8.000.000				14.000.000			
4. HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA														
4.1	Regularização urbanística e fundiária	Estudos, projetos e tecnologia	110.000	505.000	358.000	107.000	380.000	180.000	440.000		380.000	35.000	85.000	
4.1	Regularização urbanística e fundiária	Obras, instalações e outros	600.000	1.500.000	1.700.000	1.385.000	3.200.000	3.600.000	5.200.000	14.300.000	6.900.000	11.000.000	11.000.000	21.000.000
4.1	Regularização urbanística e fundiária	Outros (cadastro socioeconômico, aluguel social)				35.000			2.500.000	2.500.000	750.000	750.000	750.000	2.750.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

			Ano 1				Ano 2				Ano 3				R\$
ID	Intervenção do Programa	Produto	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	
5. QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA															
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	Estudos, projetos e tecnologia	3.200.000				1.400.000								
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	Obras, instalações e outros					400.000								
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	Equipamentos nacionais	1.000.000				3.000.000								
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	Obras, instalações e outros	1.475.700												
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	Equipamentos nacionais		2.658.700											
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	Outros (veículos)			1.006.300										
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	Equipamentos importados		192.709	1.166.591										
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	Equipamentos nacionais		2.000.000		1.500.000	2.400.000								
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	Equipamentos importados			2.100.000										
5.4	Ampliação de vagas prisionais	Obras, instalações e outros	5.427.500	5.427.500	5.427.500	5.427.500	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	6.409.000	6.409.000	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

		Ano 1				Ano 2				Ano 3				R\$
ID	Intervenção do Programa	Produto	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
(cont.) 5. QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA														
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	Estudos, projetos e tecnologia	300.000											
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	Obras, instalações e outros		766.667	766.667	766.667								
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	Equipamentos nacionais		466.667	466.667	466.667								
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	Estudos, projetos e tecnologia					391.279	391.279	391.279	391.279	196.030	196.030		
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	Obras, instalações e outros					60.000	76.500	123.000	123.000	200.000	120.000	280.000	60.000
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	Equipamentos nacionais					1.074.874	1.074.874	1.074.874	1.074.874	1.566.943	1.566.943	1.566.943	
5.7	Prédio para a Polícia Civil em Caxias do Sul	Estudos, projetos e tecnologia	54.000											
5.7	Prédio para a Polícia Civil em Caxias do Sul	Obras, instalações e outros	1.000.000	650.000	650.000	590.444	1.182.778	1.182.778						
6. AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS E EMPRESAS														
6.1	Aumento de capital do BADESUL	Outros (capitalização)	31.200.000	41.600.000	20.800.000	10.400.000								
TOTAL			119.482.200	134.510.576	103.480.058	86.971.611	103.627.264	105.158.097	95.194.819	99.482.487	95.262.973	85.702.973	83.735.943	93.729.000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

b. Cronograma físico-financeiro anual por fonte de recursos

QUADRO RESUMO PROREDES BNDES - Distribuição anual de recursos															
COMPONENTES/AÇÕES	Executor/ Co-executor	Ano 1			Ano 2			Ano 3			TOTAL	BNDES	ESTADO	%	
		TOTAL	BNDES	ESTADO	TOTAL	BNDES	ESTADO	TOTAL	BNDES	ESTADO					
Apoio ao desenvolvimento do setor privado e															
1. da inovação tecnológica															
		38.000.000	34.200.000	3.800.000	56.000.000	50.400.000	5.600.000	63.000.000	56.700.000	6.300.000	157.000.000	141.300.000	15.700.000	13,01	
1.1	Áreas e Distritos Industriais	SDPI	22.000.000	19.800.000	2.200.000	35.000.000	31.500.000	3.500.000	53.000.000	47.700.000	5.300.000	110.000.000	99.000.000	11.000.000	9,12
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	SCIT	9.000.000	8.100.000	900.000	14.000.000	12.600.000	1.400.000	10.000.000	9.000.000	1.000.000	33.000.000	29.700.000	3.300.000	2,74
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais -	SEPLAG	7.000.000	6.300.000	700.000	7.000.000	6.300.000	700.000		0	0	14.000.000	12.600.000	1.400.000	1,16
2. Melhorias em transportes															
			211.390.000	185.400.000	15.489.000	230.000.000	207.000.000	23.000.000	164.610.000	148.149.000	16.461.000	606.000.000	551.050.000	54.950.000	50,23
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	SEINFRA/DAER	208.390.000	182.700.000	15.189.000	213.000.000	191.700.000	21.300.000	164.610.000	148.149.000	16.461.000	586.000.000	533.050.000	52.950.000	48,58
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	SEINFRA	3.000.000	2.700.000	300.000	17.000.000	15.300.000	1.700.000		0	0	20.000.000	18.000.000	2.000.000	1,66
Apoio à modernização do sistema															
3. produtivo rural															
			39.800.000	35.820.000	3.980.000	48.000.000	43.200.000	4.800.000	48.200.000	43.380.000	4.820.000	136.000.000	122.400.000	13.600.000	11,27
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária do RS	SEAPA	4.250.000	3.825.000	425.000	3.000.000	2.700.000	300.000	4.350.000	3.915.000	435.000	11.600.000	10.440.000	1.160.000	0,96
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil – PEEAB	SEAPA	5.750.000	5.175.000	575.000	7.000.000	6.300.000	700.000	5.650.000	5.085.000	565.000	18.400.000	16.560.000	1.840.000	1,53
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	SEAPA/IRGA	300.000	270.000	30.000	5.000.000	4.500.000	500.000	3.700.000	3.330.000	370.000	9.000.000	8.100.000	900.000	0,75
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	SEAPA/FEPAGRO	7.000.000	6.300.000	700.000	5.000.000	4.500.000	500.000	10.000.000	9.000.000	1.000.000	22.000.000	19.800.000	2.200.000	1,82
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	SDR	22.500.000	20.250.000	2.250.000	28.000.000	25.200.000	2.800.000	24.500.000	22.050.000	2.450.000	75.000.000	67.500.000	7.500.000	6,22
4. Habitação para grupos de baixa renda															
			6.300.000	5.670.000	630.000	32.300.000	29.070.000	3.230.000	55.400.000	49.860.000	5.540.000	94.000.000	84.600.000	9.400.000	7,79
4.1	Regularização urbanística e fundiária	SEHABS	6.300.000	5.670.000	630.000	32.300.000	29.070.000	3.230.000	55.400.000	49.860.000	5.540.000	94.000.000	84.600.000	9.400.000	7,79
5. Qualificação da segurança pública															
			44.954.444	40.460.000	4.495.444	35.812.667	32.231.400	3.581.267	28.570.889	25.713.800	2.857.089	109.338.000	98.404.200	10.933.800	9,06
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	SSP/BM	4.200.000	3.780.000	420.000	4.800.000	4.320.000	480.000		0	0	9.000.000	8.100.000	900.000	0,75
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	SSP/IGP	6.500.000	5.850.000	650.000		0	0		0	0	6.500.000	5.850.000	650.000	0,54
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	SSP/SUSEPE	5.600.000	5.040.000	560.000	2.400.000	2.160.000	240.000		0	0	8.000.000	7.200.000	800.000	0,66
5.4	Ampliação de vagas prisionais	SSP/SUSEPE	21.710.000	19.539.000	2.171.000	20.000.000	18.000.000	2.000.000	22.818.000	20.536.200	2.281.800	64.528.000	58.075.200	6.452.800	5,35
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	SSP	4.000.000	3.600.000	400.000		0	0		0	0	4.000.000	3.600.000	400.000	0,33
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	SSP/PC		0	0	6.247.111	5.622.400	624.711	5.752.889	5.177.600	575.289	12.000.000	10.800.000	1.200.000	0,99
5.7	Estabelecimento Polícia Civil Caxias do Sul	SSP/PC	2.944.444	2.651.000	294.444	2.365.556	2.129.000	236.556		0	0	5.310.000	4.779.000	531.000	0,44
6. Ampliação do crédito para municípios e empresas															
			104.000.000	89.000.000	15.000.000		0	0		0	0	104.000.000	89.000.000	15.000.000	8,62
6.1	Aumento de capital do BADESUL	BADESUL	104.000.000	89.000.000	15.000.000		0	0		0	0	104.000.000	89.000.000	15.000.000	8,62
TOTAL			444.444.444	390.550.000	43.394.444	402.112.667	361.901.400	40.211.267	359.780.889	323.802.800	35.978.089	1.206.338.000	1.086.754.200	119.583.800	100,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

2.3 Usos e Fontes

a. Quadro de usos e fontes – QUF

USOS				
Itens	Realizado	Total a realizar	Total	%
Obras Civis	54.000.000	875.815.381	929.815.381	77,03
Montagens e Instalações			-	0,00
Estudos e Projetos		34.561.995	34.561.995	2,86
Máquinas e Equipamentos e Veículos		83.216.324	83.216.324	6,89
Capacitação de Recursos Humanos			-	0,00
Equipamentos importados		3.459.300	3.459.300	0,29
Outros (capitalização, imagens satélite, aluguel social)		156.035.000	156.035.000	12,93
TOTAL	54.000.000	1.153.088.000	1.207.088.000	100,00
FONTES				
Itens	Realizado	Total a realizar	Total	%
Recursos próprios	54.000.000	66.633.800	120.633.800	10,00
Sistema BNDES		1.085.704.200	1.085.704.200	90,00
Outros			-	
TOTAL	54.000.000	1.152.338.000	1.206.338.000	100,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

b. Quadro por intervenção e por tipo de investimento

COMPONENTES/AÇÕES	Estudos, projetos e tecnologia	Obras, instalações e outros	Equipamentos nacionais	Treinamento	Outros	Terrenos	Equipamentos importados	Investimento total
COMPONENTE 1 - Apoio ao desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica								
1.1	Áreas e Distritos Industriais	21.344.819	88.655.181					110.000.000
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos		16.500.000	16.500.000				33.000.000
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais*	2.000.000			12.000.000			14.000.000
TOTAL COMPONENTE 1		23.344.819	105.155.181	16.500.000	-	12.000.000	-	157.000.000
COMPONENTE 2 - Melhorias em transportes								
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais		586.000.000					586.000.000
2.2	Modernização do Aeroportos Regionais	891.000	17.409.000	1.700.000				20.000.000
TOTAL COMPONENTE 2		891.000	603.409.000	1.700.000	-	-	-	606.000.000
COMPONENTE 3 - Apoio à modernização do sistema produtivo rural								
3.1	Modernização da Defesa Agropecuária do RS			11.600.000				11.600.000
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil		17.700.000	700.000				18.400.000
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	300.000	7.000.000	1.700.000				9.000.000
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	535.000	14.664.000	6.801.000				22.000.000
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar		24.750.000	20.250.000	30.000.000,00			75.000.000
TOTAL COMPONENTE 3		835.000	46.414.000	28.751.000	-	30.000.000	-	136.000.000
COMPONENTE 4 - Habitação para grupos de baixa renda								
4.1	Regularização urbanística e fundiária**	2.580.000	81.385.000		10.035.000			94.000.000
TOTAL COMPONENTE 4		2.580.000	81.385.000	-	10.035.000	-	-	94.000.000
COMPONENTE 5 - Qualificação da segurança pública								
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar	4.600.000	400.000	4.000.000				9.000.000
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP		1.475.700	2.658.700		1.006.300,00	1.359.300,00	6.500.000
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais			5.900.000			2.100.000	8.000.000
5.4	Ampliação de vagas prisionais		64.528.000					64.528.000
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	300.000	2.300.000	1.400.000				4.000.000
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	1.957.176	1.042.500	9.000.324				12.000.000
5.7	Prédio para a Polícia Civil em Caxias do Sul	54.000	5.256.000					5.310.000
TOTAL COMPONENTE 5		6.911.176	75.002.200	22.959.024	-	1.006.300	-	109.338.000
COMPONENTE 6 - Ampliação do crédito para empresas e municípios								
6.1	Aumento de capital do BADESUL				104.000.000			104.000.000
TOTAL		34.561.995	911.365.381	69.910.024	-	53.041.300	-	1.206.338.000
%		2,87	75,55	5,80	0,00	4,40	0,00	100,00
*A categoria outros prevê a aquisição de base cartográfica digital do RS								
**A categoria outros destina-se a aluguel social para as famílias que serão beneficiadas com obras de regularização urbanística								



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

2.4 Geração de empregos

O quadro a seguir apresenta as estimativas de geração de empregos diretos e indiretos com a execução das intervenções previstas no âmbito do PROREDES BNDES.

COMPONENTES/AÇÕES		Executor/ Co-executor	Estimativa empregos gerados	
			Diretos	Indiretos
1. Apoio ao desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica				
1.1	Áreas e Distritos Industriais	SDPI	2200	8800
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	SCIT	700	500
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	SEPLAG	0	0
2. Melhorias em transportes				
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais	SEINFRA/DAER	2280	3800
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	SEINFRA	240	360
3. Apoio à modernização do sistema produtivo rural				
3.1	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPA	255	3000
3.2	Modernização da Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul.	SEAPA	0	0
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea	SEAPA/IRGA	100	5000
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO	SEAPA/FEPAGRO	0	480
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar	SDR	1450	5800
4. Habitação para grupos de baixa renda				
4.1	Regularização urbanística e fundiária	SEHADUR	1760	830
5. Qualificação da segurança pública				
5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM	SSP/BM	0	0
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias -IGP	SSP/IGP	0	0
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais	SSP/SUSEPE	0	0
5.4	Ampliação de vagas prisionais	SSP/SUSEPE	428	1126
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP	SSP	0	0
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil	SSP/PC	0	0
5.7	Prédio para a Polícia Civil em Caxias do Sul	SSP/PC	88	40
6. Ampliação do crédito para empresas e municípios				
6.1	Aumento de capital do BADESUL	BADESUL	480	830
TOTAL			9981	30566

2.5 Impactos sociais e regionais do projeto

Os quadros lógicos referentes a cada uma das intervenções estão apresentados em anexo.



3 ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

3.1 Documentos necessários à análise financeira da operação

Os documentos listados abaixo foram encaminhados previamente ao BNDES.

- a. Anexo C, Item 5 - Cronograma de liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação, do Manual para Instrução de Pleitos – MIP/STN;
- b. Anexo C, Item 6 - Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar, do Manual para Instrução de Pleitos – MIP/STN;
- c. Último Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/STN – revisado (não aplicável para municípios); e
- d. Anexo de riscos e metas fiscais da última Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

4 ASPECTOS JURÍDICOS

Os documentos listados no item 4.1 foram encaminhados previamente ao BNDES.

4.1 Documentos necessários à análise jurídica da operação

- a. Fichas Cadastrais de Pessoa Física - FCPF (conforme Modelo de FCPF) do Chefe do Poder Executivo, do Secretário de Fazenda e do Secretário de Planejamento devidamente preenchidas e assinadas;
- b. Ficha Cadastral de Ente Público - FCEP (conforme Modelo de FCEP) referente ao CNPJ principal da Unidade Federativa postulante devidamente preenchida e assinada pelo Chefe do Poder Executivo;
- c. Cópia da Lei Orgânica Municipal ou da Constituição Estadual, em meio físico ou digital;
- d. Declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo informando a data e o número da última emenda na Lei Orgânica Municipal ou Constituição Estadual conforme Modelo de Declaração Referente a Emenda;
- e. Declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo informando todos os CNPJs dos órgãos da administração pública direta e indireta;
- f. Cópia da Lei Autorizativa da Operação, e sua respectiva publicação. Caso a lei ainda não esteja aprovada pelo legislativo, informar o *status* de tramitação;
- g. Cópia, em meio físico ou digital, do Plano Plurianual – PPA, indicando o programa de trabalho referente ao projeto. Caso o projeto ainda não esteja incluído no PPA, informar o *status* de tramitação;
- h. Cópia, em meio físico ou digital, da Lei Orçamentária Anual - LOA indicando o programa de trabalho referente ao projeto. Caso o projeto ainda não esteja incluído na LOA, informar o *status* de tramitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- i. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP válido ou declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo informando se o Ente dispõe de regime próprio de previdência social conforme Modelo de Declaração Previdência Social;
- j. Planilha informando o comprometimento, nos últimos quatro exercícios das garantias oferecidas, conforme Modelo de Comprometimento de Garantias;
- k. Declaração atualizada, firmada pelo Chefe do Poder Executivo, indicando os números de contratos de consolidação, assunção e/ou refinanciamento de dívidas firmados pelo Estado/Município com a União, no âmbito das Leis 7.976/89, 8.727/93, e 9.496/97 (alterada pela MP 2.192-70), a qual também deverá consignar que os contratos nela referidos não contêm cláusulas que vedem a contratação de novas operações de crédito com o BNDES, conforme Modelo de Declaração Contratos com a União;
- l. Declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo informando se o Ente observa o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência física, conforme Modelo de Declaração Referente a Portadores de Deficiência; e
- m. Declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo informando sobre a existência de áreas de intervenção tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, conforme Modelo de Declaração Patrimônio Histórico.

4.2 Aspectos ambientais, fundiários e licitatórios

O documento listado no item a foi encaminhado previamente ao BNDES. Os dados de licenciamento ambiental estão expostos no quadro que segue, sendo que as cópias das licenças serão encaminhadas oportunamente.

- a. É necessário o envio da Declaração Referente às Regularidades Licitatória, Ambiental e Fundiária, conforme modelo; e
- b. Para qualquer intervenção física (reforma ou construção) é necessário atendimento à legislação ambiental. Devem ser enviadas, em anexo, cópias autenticadas relativas a todas as intervenções previstas no projeto das licenças Prévia/de Instalação (ou dispensas), expedidas pelo órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA juntamente com a Planilha de Licenciamento Ambiental.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO E DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA					
1.1	Áreas e Distritos Industriais				
1.1.1	Montenegro/Triunfo - Distrito Industrial	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de instalação		
1.1.2	Montenegro/Triunfo - Terminal Portuário	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.3	Guaíba - Área industrial	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.4	Guaíba - projeto básico para terminal portuário	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.5	Rio Grande	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Operação em renovação		
1.1.6	Cachoeira do Sul	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.7	Pelotas - Distrito	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.8	Pelotas - terminal portuário - EVTE e PB	Não possui EIA-RIMA. Elaborar TR	Não tem		
1.1.9	Erechim - Distrito Atual	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Instalação		
1.1.10	Erechim - Distrito Novo	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença Prévia e Licença de Instalação em andamento		
1.1.11	Panambi - Distrito Novo	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Instalação		
1.1.12	Tenente Portela	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Operação		
1.1.13	Santa Rosa	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Instalação		
1.1.14	São Lourenço do Sul	Não é necessário EIA-RIMA.	Não tem		
1.1.15	São Leopoldo	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença Prévia e Licença de Instalação em andamento		
1.1.16	Novo Hamburgo	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de Instalação		
1.1.17	Santo Ângelo	Não é necessário EIA-RIMA.	Não tem		
1.1.18	Santo Antônio da Patrulha	Não é necessário EIA-RIMA.	Não tem		
1.1.19	Sarandi	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de instalação em solicitação		
1.2	Apoio aos Parques Tecnológicos	Não é necessário EIA-RIMA.	Será exigido de cada projeto que for selecionado		
1.3	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE	Não é necessário EIA-RIMA.	Não é necessário		
2. MELHORIAS EM TRANSPORTES					
2.1	Pavimentação de Acessos Municipais				
RS/475	Charrua - Getulio Vargas		Licença de Instalação LI Nº 885/2011-DL	26/07/11 até 25/07/13	19/08/2011
494AM9010	Mampituba - Morrinhos do Sul (final do calçamento - entroncamento av. Principal)		Licença de Instalação LI Nº 1022/2011-DL	22/08/11 até 21/08/12	13/09/2011
472AM9110	Nova Candelaria (final calçamento) - Vila Ivagaci (início calçamento)		Licença de Instalação LI Nº 595/2011-DL	24/05/11 até 23/05/12	13/09/2011
RS/591	Ametista do Sul - RS/324 (planalto)		Licença de Instalação LI Nº 557/2011-DL	18/05/11 até 17/05/12	13/09/2011
RS/520	Chiapeta - Inhacora		Licença de Instalação LI Nº 491/2011-DL	05/05/11 até 04/05/12	13/09/2011
324AM9095	Gramado dos Loureiros - RS/324		Licença de Instalação LI Nº 604/2011-DL	26/05/11 até 25/05/12	13/09/2011
332AM0010	Itapuca - RS/332 (acesso a Itapuca)		Licença de Instalação LI Nº 36/2011-DL	10/01/11 até 09/01/12	13/09/2011
305AM9010	Novo Machado - Tucunduva (rua Antonio Barela)		Licença de Instalação LI Nº 853/2011-DL	20/07/11 até 19/07/13	02/08/2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

(cont.) 2. MELHORIAS EM TRANSPORTES

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
RS/350	Dom Feliciano - Chuvisca (lote 02) (serviços remanescentes)		Licença de Instalação LI Nº 917/2011-DL	01/08/11 até 31/07/12	19/08/2011
VRS/813	Feliz - Linha Nova (serviços remanescentes)		Licença de Instalação LI Nº 758/2011-DL	04/07/11 até 03/07/12	08/07/2011
533AM0010	Capao do Cipó - entr RS/BR/377 (em frente a igreja) (acesso a Capao do Cipó)		Licença de Instalação LI Nº 381/2010-DL	08/04/10 até 07/04/12	13/09/2011
RS/129	Davi Canabarro - Vanini - São Domingos do Sul - Casca		Licença de Instalação LI Nº 1237/2010-DL	09/11/10 até 08/11/12	01/07/2011
RS/441	Vista Alegre do Prata - Guapore (acesso)		Licença de Instalação LI Nº 129/2011-DL	26/01/11 até 25/01/12	01/07/2011
RS/417	Tres Forquilhas - br/101		Licença de Instalação LI Nº 1221/2011-DL	17/10/11 até 16/10/12	13/09/2011
450AM0010	Floriano Peixoto (final calçamento Carameri) - entroncamento RS/475		Licença de Instalação LI Nº 1041/2011-DL	29/08/11 até 28/08/12	06/10/2011
406AM9010	Rio dos Índios(fin.calçamento-ent.RS/406		Licença de Instalação LI Nº 429/2011-DL	18/04/11 até 17/04/13	13/09/2011
RS/428	Água Santa - entroncamento BR/285		Licença de Instalação LI Nº 564/2011-DL	18/05/11 até 17/05/12	19/08/2011
421AM0030	Boqueirão do Leão - Sério (início do calçamento)		Licença de Instalação LI Nº 165/2011-DL	03/02/11 até 02/02/12	01/07/2011
RS/110	Acesso a Jaquirana RS/439		Licença de Instalação LI Nº 1296/2010-DL Solicitada r	25/11/10 até 24/11/11	01/07/2011
342AM0010	Boa Vista do Cadeado(fin.asfalto)-RS/342		Licença de Instalação LI Nº 59/2011-DL	12/01/11 até 11/01/12	01/07/2011
ERS/323	Entr. ERS/587 (Rodeio Bonito) - Pinhal - Jaboticaba		Licença de Instalação LI Nº 1037/2011-DL	26/08/11 até 25/08/12	06/10/2011
RS/706	Pedro Osorio - BR/293		Licença de Instalação LI Nº 684/2011-DL	13/06/11 até 22/09/12	02/08/2011
472AM9115	São José do Inhacora (final calçamento) - RS/472		Licença de Instalação LI Nº 43/2011-DL	10/01/11 até 09/01/12	
408AM9120	Ponte Preta - entroncamento BR/408 (Barão de Cotegipe)		Licença de Instalação LI Nº 802/2011-DL	11/07/11 até 10/07/12	02/08/2011
RS/715	Sentinela do Sul - Cerro Grande do Sul		Licença de Instalação LI Nº 1116/2010-DL	15/10/10 até 14/10/11	01/07/2011
386AM9175	Sagrada Família (final ponte rio Lajeado) - entroncamento BR/386		Licença de Instalação LI Nº 1151/2011-DL	30/09/11 até 29/09/12	
500AM9010	Novo Xingu (final do calçamento) - entr.RS/500		Licença de Instalação LI Nº 1282/2011-DL	05/11/11 até 04/11/2012	13/09/2011
ERS-421	Entr. BRS-386 - Forquetinha		Licença de Instalação LI Nº 530/2011-DL	11/05/11 até 10/05/13	13/09/2011
BRS-386	Coqueiros do Sul - entroncamento BR/386 (lote I)		Licença de Instalação LI Nº 619/2011-DL	31/05/11 até 05/09/12	13/09/2011
BRS-386	Nova Boa Vista - entroncamento BR/386 (lote II)		Licença de Instalação LI Nº 1348/2011-DL	16/11/2011 até 15/11/2012	13/09/2011
ERS-325	Cerro Grande(fin.calc)-RS/325(ac.Lajeado do Bugre)		Licença Prévia LP Nº 1047/2010-DL	15/09/10 até 14/09/12	13/09/2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

(cont.) 2. MELHORIAS EM TRANSPORTES

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
ERS-531	Entr. VRS/818 (p/Salto do Jacuí) - Jacuizinho		Estudo ambiental (RTVA) em licitação. Expediente 017400-04.35/11-2		
RS/529	Maçambará - entroncamento BR/472 (acesso a Maçambara) (serviços remanescentes)		Licença de Instalação LI Nº 1375/2010-DL	20/12/10 até 19/12/11	13/09/2011
RS/324	Irai - Planalto		Licença de Instalação LI Nº 717/2011-DL	20/06/11 até 04/11/12	01/07/2011
RS/350	Arambare - Camaqua (acesso Arambare)		Licença Única LU Nº 1289/2011-DL	01/11/11 até 31/10/12	
737AM0010	Fin.zon.urbana - entr.BR/116 (ac.Arro.Padre)		Licença de Instalação LI Nº 852/2011-DL	20/07/11 até 19/07/13	02/08/2011
RS/424	Acesso a Canudos do Vale		Licença de Instalação LI Nº 971/2011-DL	10/08/11 até 09/08/12	19/08/2011
RS/711	Mariana Pimentel - BR/116 (lote II)		Licença de Instalação LI Nº 1085/2011-DL	08/09/11 até 07/09/12	06/10/2011
VRS/320	Relvado (sede) - RS/332		Licença de Instalação LI Nº 177/2011-DL	03/02/11 até 02/02/12	01/07/2011
RS/608	Pedras Altas - entroncamento BR/293		Licença de Instalação LI Nº 685/2011-DL	13/06/11 até 29/09/12	01/07/2011
ERS-348	Entr. BRS-158-392 (Val de Serra) - Ivora (serviços remanescentes)		Licença de Instalação LI Nº 452/2011-DL	25/04/11 até 09/08/12	13/09/2011
ERS-030	Entroncamento ERS-030 - Caraá		Licença de Instalação LI Nº 820/2011-DL	14/07/11 até 13/07/12	02/08/2011
ERS-713	Acesso a Sertão Santana-entr. BRS-116		Licença de Instalação LI Nº 806/2011-DL	11/07/11 até 10/07/13	02/08/2011
ERS-426	Mariano Moro - Severiano de Almeida (I2)		Licença Prévia LP Nº0705/2010-DL. Condicionantes par	18/06/10 até 17/06/12	13/09/2011
ERS-400	Lagoa Bonita Sul, final do calçamento em frente ao cemitério - RS/400		Estudo ambiental (RTVA) em licitação. Expediente 017400-04.35/11-2		
RS/163	RST/472 (Tenente Portela)-Vista Gaucha-Barra do Guarita (ac.Barra do Guarita)		Licença de Instalação LI Nº 333/2010-DL	30/03/10 até 29/03/12	01/07/2011
RS/541	Itacurubi - entroncamento da RS/168		Licença de Instalação LI Nº 421/2010-DL	22/04/10 até 21/04/12	13/09/2011
421AM0020	Rs/421 - Sério (frente prefeitura municipal)		Licença de Instalação LI Nº 469/2011-DL	28/04/11 até 16/08/12	13/09/2011
RS/518	Braga (final calçamento) - Campo Novo (início calçamento)		Licença de Instalação LI Nº 1159/2011-DL	29/09/11 até 28/09/12	06/10/2011
485AM0010	Final calçamento - RS/126 (acesso Carlos Gomes)		Licença de Instalação LI Nº 386/2010-DL	09/04/10 até 08/04/12	13/09/2011
RS/354	Final zona urbana (Amaral Ferrador) - entroncamento BR/116		Licença de Instalação LI Nº 459/2011-DL	25/04/11 até 29/08/12	13/09/2011
RS/348	Ivora - São João do Polesine e acesso a Faxinal do Soturno (lote 2)		Licença de Instalação LI Nº 426/2011-DL	14/04/11 até 13/04/13	13/09/2011
458AM0020	Rs/324-Sto.Antonio do Palma(ac.Sto.A.Palma)-Sto.A.do Palma-Gentil(ac.Gentil)		Licença de Instalação LI Nº 445/2011-DL	25/04/11 até 24/04/12	13/09/2011
528AM0010	Av.Breitenbasch-S.Terezinha(ac.Pinh.Vale		Licença de Instalação LI Nº 668/2011-DL	08/06/11 até 14/06/12	01/07/2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

(cont.) 2. MELHORIAS EM TRANSPORTES

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
149AM9150	Pinhal Grande - Nova Palma		Licença de Instalação LI Nº 1405/2010-DL	28/12/10 até 27/12/11	01/07/2011
480AM0010	Cruzaltense - Campinas do Sul		Licença de Instalação LI Nº 804/2011-DL	11/07/11 até 10/07/13	02/08/2011
RS/575	Final do calçamento da rua do Porto (Porto Vera Cruz) - RS/472		Licença de Instalação LI Nº 926/2011-DL	03/08/11 até 02/08/13	19/08/2011
RS/408	Entre Rios do Sul - Cruzaltense		Licença de Instalação LI Nº 461/2011-DL	25/04/11 até 15/08/12	13/09/2011
ERS-143	Engenho Velho (final do calçamento) - entroncamento RS/500 (Constantina)		Licença Prévia LP Nº 584/2010-DL	19/05/10 até 18/05/12	13/09/2011
BRS-386	Sao Jose das Missoes(sede)-BR/386		Licença de Instalação LI Nº 649/2011-DL	06/06/11 até 05/06/12	13/09/2011
BRS-386	São Pedro das Missoes (final do calçamento) - entroncamento BR/386		Licença de Instalação LI Nº 1275/2011-DL	05/11/11 até 04/11/2012	
ERS-468	Sede Nova (eixo Av.Marodin) - entr. BR/468		Licença de Instalação LI Nº 1279/2011-DL	08/11/11 até 07/11/2012	13/09/2011
ERS-520	Inhacora - acesso a Alegria		Licença de Instalação LI Nº 25/2011-DL	06/01/11 até 05/01/12	13/09/2011
VRS-810	Ibirapuita - Nicolau Vergueiro (acesso a Nicolau Vergueiro		Licença de Instalação LI Nº 481/2011-DL	02/05/11 até 01/05/12	13/09/2011
ERS-325	Entr.ERS-323 (Pinhal - perim. Urbano) - Novo Tiradentes		Licença de Instalação LI Nº 648/2011-DL	06/06/11 até 05/06/12	13/09/2011
BRS-392	Ubiretama (final do calçamento) - entr. BRS-392 (p/ Cerro Largo)		Licença de Instalação LI Nº 522/2011-DL	10/05/11 até 09/05/12	13/09/2011
ERS-461	Capão Bonito do Sul - Lagoa Vermelha (a.v Benj. Bolsonelo)		Licença de Instalação LI Nº 499/2011-DL	06/05/11 até 05/04/13	13/09/2011
VRS-874	São Jose do Hortencio - entr. ERS-122 (S.Sebastiao) do Cai)		LI solicitada FEPAM processo nº (016167-05.67/10-6)	19/08/10 até 18/08/12	13/09/2011
ERS-539	Vila Barro Preto - ERS-155 (Nova Ramada)		Estudo ambiental (RTVA) em licitação. Expediente 017400-04.35/11-2		
ERS-325	Cerro Grande - BR/386		Licença Prévia LP Nº 1047/2010-DL	31/08/10 até 30/08/12	13/09/2011
RSC-470	Andre da Rocha - Nova Prata		Licença de Instalação LI Nº 239/2011-DL	25/02/11 até 24/02/13	13/09/2011
ERS-456	Esmeralda - BR/285		Licença de Instalação LI Nº 715/2011-DL	20/06/11 até 13/09/12	13/09/2011
ERS-456	Pinhal da Serra - Esmeralda (acesso a Pinhal da Serra)		Estudo ambiental (RTVA) em licitação. Expediente 017400-04.35/11-2		
ERS-165	Rolador - entr. BRS-392 (p/Cerro Largo)		Licença de Instalação LI Nº 514/2011-DL	09/05/11 até 08/05/13	13/09/2011
ERS-347	Segredo - Lagoao		Licença de Instalação LI Nº 296/2011-DL	15/03/11 até 14/03/13	13/09/2011
ERS-482	Capitao - Arroio do Meio (lote i)		Licença Prévia Nº 1104/2010-DL. Condicionantes para LI em licitação no expediente 017401-04.35/11-5.	14/09/10 até 13/09/12	13/09/2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

(cont.) 2. MELHORIAS EM TRANSPORTES

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
2.2	Modernização de Aeroportos Regionais	Não é necessário EIA-RIMA.	Licença de operação em andamento (5521-05.67/10.1)		
	Santo Ângelo		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Rio Grande		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Caxias do Sul		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Erechim		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Ijuí		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Santa Rosa		Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo		
	Passo Fundo	Licença de operação em andamento. Deve seguir o processo de Santo Ângelo			

3. APOIO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO RURAL

3.1	Modernização da defesa agropecuária		Não é necessário		
3.2	Modernização do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil		Não é necessário		
3.3	Modernização e Difusão de Pesquisa Agrícola para o Sistema de Produção em Várzea		Não é necessário		
3.4	Melhoria da Infraestrutura em Centros de Pesquisa da FEPAGRO		Não tem		
3.5	Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar		Será exigido de cada tomador no FUNTERRA, conforme necessidade; as demais intervenções envolvendo obras ainda não têm licenciamento.		

4. HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA

4.1 Regularização urbanística e fundiária					
	Loteamento Xará - Gravataí/RS (Obras de infraestrutura)		LP nº 004/10, emitida em 05/02/2010	05 anos	
	Vila Juliano Moreira – Porto Alegre/RS (Obras de infraestrutura)		LI nº 124/08, emitida em 11/07/2008	04 anos	
	Loteamento Progresso – Eldorado do Sul/RS (Obras de infraestrutura)		LP na FEPAM nº 85/2003-DL	01 ano	
	Loteamento Santa Luzia – Sapucaia do Sul/RS (Obras de infraestrutura)		LI nº 007/2011 – SEMA-SL, emitida em 11/04/2011		
	Vilas Salvador França e São Judas Tadeu - Porto Alegre/RS (Projetos Urbanístico)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Licenciamento Ambiental

(cont.) 4. HABITAÇÃO PARA GRUPOS DE BAIXA RENDA

ID	Nome do Produto	Licença Ambiental		Validade	Publicação D.O.
		EIA-RIMA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
	Loteamento Santa Luzia – Sapucaia do Sul/RS (Obras de infraestrutura)		LI nº 007/2011 – SEMA-SL, emitida em 11/04/2011		
	Vilas Salvador França e São Judas Tadeu - Porto Alegre/RS (Projetos Urbanístico)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		
	Vilas Dormenio e Pantanal - Porto Alegre/RS (Projeto e Construção de Unidades)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		
	Vila São Pedro - Porto Alegre/RS (Projeto e Construção de Unidades)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		
	Vilas da Chacara das Bananeiras - Porto Alegre/RS (Proj. Urbanístico e reassentamentos)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		
	Vilas do Morro Santa Teresa - Porto Alegre/RS (Projeto Urbanístico)		A ser solicitada quando forem elaborados os Projetos Técnicos		

5. QUALIFICAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

5.1	Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar - BM		Não é necessário		
5.2	Modernização do Instituto-Geral de Perícias		Não é necessário		
5.3	Aperfeiçoamento da segurança dos estabelecimentos prisionais		Não é necessário		
5.4	Ampliação de vagas prisionais				
	Estabelecimento prisional em Canoas		Licenças de Instalação em andamento		
	Estabelecimento prisional em Viamão		Licenças de Instalação em andamento		
5.5	Modernização da Secretaria de Segurança Pública - SSP		Não é necessário		
5.6	Modernização dos Sistemas Policiais da Polícia Civil		Não é necessário		
5.7	Estabelecimento Polícia Civil Caxias do Sul		Possui Licença de Instalação		

6. AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS E EMPRESAS

6.1	Aumento de capital do BADESUL		Não é necessário		
-----	-------------------------------	--	------------------	--	--